



Nº01
2019

Revista de Extensão da UPE - REUPE

ISSN: 2675-2328

 3183-3766 / 3183-4008

 www.upe.br/extensao

V. 4

Corpo Institucional da Universidade de Pernambuco

- Reitor: Prof. Pedro Henrique de Barros Falcão
- Vice-Reitora: Prof^ª. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti
- Pró-Reitoria de Extensão e Cultura: Prof. Luiz Alberto Rodrigues
- Coordenação Geral de Extensão: Prof. Odair França de Carvalho

Editora chefe

Prof. Dra. Maria Beatriz Araújo Silva

Conselho Editorial

- Profa. Dra. Claudinalle Farias Queiroz de Souza
- Profa. MsC. Edilene Maria da Silva Barbosa
- Prof. Dra. Maria Lana Monteiro de Lacerda
- Profa. Dra. Maria Amália Oliveira de Arruda Camara
- Prof. Dr. Higor Ricardo Monteiro Santos
- Profa. Dra. Isabele Bandeira de Moraes D'Angelo

Conselho Consultivo (Revisores)

- Amanda Alves Marcelino da Silva - UPE
- Ana Rita Valverde Peroba - UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
- Andrea Karla Pereira da Silva - UPE
- Bruno Viana - UPE
- Emilia Rahnemay Kohlman Rabbani - UPE
- Genivaldo Nascimento - UPE
- Graça Graúna - UPE
- Helena Paula de Barros Silva - UPE
- Herika de Arruda Maurício - UPE
- Izabele Souza Barros - UPE
- Jeronimo Faustino Rego Filho - UPE
- Lina Raquel Santos Araújo - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
- Luiz Gutenberg Coelho Junior - UPE
- Maria Joana Pereira Neta - UPE
- Maria Regina Almeida de Menezes - UPE
- Pablo Aurélio Lacerda de Almeida Pinto - UPE
- Rafael David Souto de Azevedo - UPE
- Raphaela Delmondes - UPE
- Sibebe Ribeiro de Oliveira - CENTRO UNIVERSITÁRIO ASCES UNITA
- Suely Emília de Barros Santos - UPE

Editora Assistente de Normatização

Roseane Almeida da Silva

Apresentação

A Revista de Extensão da UPE – REUPE recebe trabalhos que tratem exclusivamente sobre Extensão Universitária.

Foi criada pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – PROEC com o objetivo de ampliar a divulgação das atividades de cultura e extensão existentes no âmbito da Universidade de Pernambuco e de outras comunidades. Além de apresentar as interfaces que essas atividades desenvolvem com o ensino e pesquisa e de propiciar a pesquisadores e coordenadores de projetos de cultura e extensão, desenvolvidos junto à comunidade, discorrerem sobre seu trabalho nessa área, em uma linguagem acessível ao público.

Foco e escopo

A Revista de Extensão da UPE – REUPE visa se consolidar como um espaço qualificado para a promoção do conhecimento e diálogo de novas ideias e, principalmente, ampliar a comunicação da Universidade com a sociedade. Para isso, atua na divulgação das atividades de cultura e extensão, apresentando as interfaces que tais ações desenvolvem com o ensino e pesquisa.

A revista tem por finalidade publicar artigos relacionados a projetos ligados às áreas de comunicação, cultura, educação, tecnologia e produção, saúde, direitos humanos, meio ambiente e trabalho. Além disso, é também um veículo para a valorização da área, principalmente em função da realidade atual, na qual o papel da cultura e da extensão é fundamental para os propósitos da Universidade.

Os trabalhos devem ser apresentados em língua portuguesa, devendo ser originais e inéditos, o que significa que não devem ter sido anteriormente publicados nem enviados simultaneamente para outra revista. A publicação dos trabalhos dependerá da observância das normas da Revista de Extensão da UPE – REUPE e da decisão do Conselho Editorial e após apreciação por especialistas da área.



SUMÁRIO

EDITORIAL	4
EXTENSÃO NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO UTERINO E MAMA.....	6
PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO SOBRE CONSUMO E EFEITO DO ÁLCOOL NO ENSINO MÉDIO	15
PARA ALÉM DOS MUROS: A ATUAÇÃO DO PROJETO DIREITOS EM MOVIMENTO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MUNDO NOVO – BUÍQUE/PE.....	22
COLABORAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA.	32
EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NO INTERIOR DE PERNAMBUCO	44
O TEATRO DO OPRIMIDO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL.....	52

Editorial

Em um contexto de crise, de insistentes tentativas para desqualificar a educação e, de modo particular, a universidade pública no Brasil, de ameaças em não reconhecer o valor social e sua necessária autonomia, a extensão universitária tem se revelado uma importante trincheira de luta para elevar a importância social da sua atuação e melhorar a formação superior no Brasil. Após quase três décadas de discussão e embates liderados pelo Fórum Nacional de Extensão, foi enfim homologada uma normatização sobre a extensão no ensino superior brasileiro: Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, Resolução CNE nº 7, DE 18 DEZ 2018.

A extensão se renova e tem a partir de então um conceito ampliado, compreendida como uma atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, afirma a diretriz. Devendo ser realizada com o envolvimento da comunidade externa, assim sendo vinculada à formação do estudante e estruturada de modo a garantir a sua creditação no histórico do estudante. Um marco na história da universidade, um passo na direção da indissociabilidade da extensão para com as dimensões de ensino e de pesquisa.

Fazer extensão é assim produzir conhecimento socialmente legitimado, comprometido com os desafios sociais presente nos diversos contextos sociais. Sistematizar e publicizar são os grandes desafios de quem faz extensão. A Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco vem nessa direção e quer ser um instrumento a mais para socializar experiências e aprendizagens formativas desenvolvidas na interação entre docentes, estudantes e a sociedade. Os artigos versam sobre experiências vividas nas áreas da saúde, do direito, da formação de professores, da Cidadania e da Psicologia social.

O primeiro, relata atividades de prevenção do Câncer de Colo Uterino e Mama, desenvolvido no interior do Agreste Pernambucano. Na sequência, o artigo tem o propósito de avaliar o perfil de consumo de álcool entre a população adolescente do ensino médio de duas escolas públicas da cidade de Serra Talhada-PE. “Para além dos muros: a atuação do projeto Direitos em Movimento na comunidade quilombola Mundo Novo – Buíque/PE”, propõe apresentar a importância da relação entre pesquisa e extensão a partir da experiência etnográfica desenvolvida naquela comunidade.

Na área da educação, um destaque para o artigo “Colaboração na formação de professores que ensinam matemática”, com o propósito de explicitar as ações do projeto Estudos Colaborativos em Educação Matemática (ECEM), desenvolvido no âmbito do curso de Licenciatura em Matemática da UPE/Campus Petrolina. No encadeamento o artigo seguinte visa promover educação em saúde sexual para adolescentes de escolas públicas da cidade de Serra Talhada/PE. Por fim o artigo “O Teatro do oprimido como instrumento de intervenção da psicologia social” apresenta relatos em específico sobre violência feminina e como através das apresentações, os casos são tratados com maior empatia e cuidado.

Em novo formato e amplamente melhorada, a Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco se qualifica para receber sistematicamente novos artigos e contribuir com a melhoria da qualidade da extensão universitária. Gratidão e votos de êxito à equipe de editores e aos autores que publicam seus relatos neste número.

Prof. Luiz Alberto Rodrigues

Pró-Reitor de Extensão e Cultura da UPE

Artigo Original**Extensão na Prevenção do Câncer de Colo Uterino e Mama**Adrya Lúcia Peres Bezerra de Medeiros¹ orcid.org/0000-0003-4892-5486Raquel Bezerra dos Santos² orcid.org/0000-0002-9730-4718Sibele Ribeiro de Oliveira³ orcid.org/0000-0001-8211-7357Juliana Lúcia de Albuquerque Vasconcelos⁴ orcid.org/0000-0001-7429-1398

¹⁻⁴Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita), Caruaru, Pernambuco, Brasil
E-mail do autor principal: julianavasconcelos@asces.edu.br

RESUMO

O câncer do Colo do Útero e Mama como o terceiro e primeiro lugar mais frequentes nas mulheres do Brasil, respectivamente. A realização de exames citopatológicos da cérvix uterina é utilizado como estratégia de rastreamento em todo o mundo. Para o câncer de mama, o exame clínico das mamas, é utilizado para o diagnóstico precoce desta enfermidade. Objetivou-se relatar as atividades do Projeto de Extensão: Prevenção do Câncer de Colo Uterino e Mama, de um Centro Universitário do interior do Agreste Pernambucano, durante 11 anos de existência. O projeto foi iniciado em 2007, e atende mulheres para coletas de amostras citopatológicas e realização de exame clínico das mamas, além das abordagens dialogadas relacionadas à prevenção dos cânceres de útero e mama. O atendimento acontece na Clínica Escola da Asces-Unita. Resultados: Em torno de 9.775 mulheres participaram nas ações do referido projeto para realização da coleta de amostras citológicas, exame clínico das mamas e para ações de educação em saúde. Evidencia-se a importância da transmissão do conhecimento voltado ao público não acadêmico, além de necessidade de contribuir para o diagnóstico precoce do câncer de colo uterino e mama, levando a melhorias na saúde pública regional.

Palavras-chave: Câncer Cervical; Câncer de Mama; Prevenção do Câncer; Detecção Precoce.

ABSTRACT

The cervical cancer and the breast cancer are in the third and first place more frequent in women from Brazil, respectively. The achievement of cytopathology of the uterine cervix is used as a screening strategy in the whole world. For breast cancer, the clinical breast exam is used for the early diagnosis of this disease. The objective is to report on the activities of the Project Extension: prevention of cancer of the cervix and breast of a university center in the countryside of the Wild in Pernambuco, during 11 years of existence. The project was started in 2007 and meet women for collections of cytopathological samples and achievement and clinical breast exam, besides the dialogued approaches related to the prevention of cancers of the uterus and breast cancer. The care happens in Clinical School of Asces-Unita. Results: Around 9,775 women participated in the actions of this project to completion of the collection of cytological samples, clinical breast exam and for actions in health education. It is evident the importance of transmission of knowledge directed to the non-academic public, in addition to the need to contribute to the early diagnosis of cancer of the cervix and breast cancer, leading to improvements in Regional Public Health.

Keywords: Cervical Cancer; Breast Cancer; Prevention of Cancer; Early Detection

1. INTRODUÇÃO

O câncer de mama (CM) e de colo do útero estão em primeiro e terceiro tipo de câncer mais comum em mulheres no Brasil, respectivamente, figurando entre as causas mais frequentes de mortalidade na população feminina. Segundo dados do INCA¹, estimativas para o ano de 2018 e 2019, apresentam 16.370 novos casos de câncer do colo do útero e 59.700 novos casos de câncer de mama.

A infecção cervical por tipos oncogênicos do *Papilomavírus humano* (HPV) tem sido estabelecida como o principal critério de causalidade, podendo apresentar alterações morfológicas na análise da citologia do colo uterino². O teste de Papanicolaou ou Citopatológico é o principal exame para diagnosticar doenças cervicais, sendo utilizado desde sua introdução, por volta de 1950. Quando realizado dentro dos padrões de qualidade definidos e oferecido amplamente à população, desempenha um papel importante na redução do câncer cervical³.

Como primeira causa de morbimortalidade em mulheres por câncer no Brasil, está o câncer de mama. Para o diagnóstico precoce do câncer de mama, são preconizados métodos como o exame clínico das mamas, realizada por profissionais da saúde como médicos e enfermeiros, além do diagnóstico por imagem, realizados através de ultrassonografia e mamografia¹. A realização do exame clínico das mamas (ECM), tem grande importância para o diagnóstico precoce de doenças mamárias, associado a exames de imagem, proporcionando uma análise de alterações mamárias sugestivas de malignidade⁴.

Além do uso dos métodos de rastreio dos tumores de Colo Uterino e Mama, a

educação em saúde, as campanhas e multirões são estratégias utilizadas na tentativa de melhoria das condições de saúde da população⁵.

Diante da necessidade, a olhos vistos, sobre prevenção e diagnóstico precoce dos tumores malignos de Colo Uterino e Mama, este estudo deseja relatar o desenvolvimento de um projeto de extensão, o qual foi implantado em 2007 e, desde então, vem efetivando estratégias para levar à comunidade informações sobre a prevenção do câncer do colo uterino e mama, criando uma interação universidade-sociedade.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Coleta de Espécimes Cérvico-Vaginal e Técnica de Papanicolaou

As mulheres que procuram o Laboratório Escola da Asces-Unita para realização do exame citopatológico são orientadas quanto aos procedimentos aos quais serão submetidas, além de participarem do preenchimento de uma ficha contendo dados como: nome, idade, história obstétrica, número de parceiros sexuais, além dos achados ao exame direto do colo uterino.

As coletas aconteceram em consultório da Clínica Escola da Asces-Unita, onde foram realizadas, primeiramente, na área da ectocérvice com a espátula de Ayre, apoiando a sua extremidade mais longa no orifício cervical, fazendo um giro de 360°, percorrendo o contorno do orifício cervical externo e, então, dispendo o material sobre a lâmina. Em seguida é coletado material endocervical com escovinha endocervical, introduzindo-a no canal cervical, percorrendo todo seu contorno, e dispendo delicadamente sobre a mesma lâmina. Na extremidade fosca da lâmina previamente limpa, é

realizada a identificação da mulher com iniciais e nº de registro. Comumente é coletada uma lâmina de cada paciente, sendo a fixação imediata, segundos após a coleta, utilizando Álcool 99,5%⁶.

As lâminas coletadas são submetidas à coloração pela técnica de Papanicolaou, utilizando os seguintes corantes: Hematoxilina, Orange G6 e EA 65, além de álcool absoluto comercial e Xilol P.A. Após coloração, as lâminas são montadas com bálsamo do Canadá e, então, levadas a análise microscópica⁷.

As lâminas são avaliadas em microscópio óptico, utilizando objetivos de 10 x e 40 x, sendo os resultados expressos e categorizados de acordo com o sistema Bethesda, como: negativo para lesão intraepitelial e malignidade, lesão intraepitelial escamosa de baixo grau, lesão intraepitelial escamosa de alto grau, carcinoma ou adenocarcinoma⁸.

Exame Clínico das Mamas (ECM)

O ECM é realizado de acordo com o Caderno de Atenção Básica: Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama do Ministério da Saúde, incluindo as etapas de inspeção estática, inspeção dinâmica, palpação das mamas e dos gânglios axilares e supraclaviculares, no consultório da Clínica Escola da Ascens-Unita⁴.

Realização de Eventos em Comunidades

Os eventos voltados para educação em saúde, compreendem encontros promovidos pela universidade ou a convite de municípios, empresas e outras entidades locais e regionais. Nestes eventos são demonstrados à sociedade, a importância da prevenção do câncer de colo uterino e mama, utilizando apresentações, como: palestras, distribuição de folders, além de informações dialogadas com as mulheres

com uso de simuladores ginecológicos e mamários. Tais atividades acontecem semestralmente, sendo desenvolvidas por estudantes e professores participantes do projeto de extensão.

Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa

Ao longo dos 11 anos de atuação do projeto foram desenvolvidos projetos de pesquisa de trabalhos de conclusão de curso e iniciação científica, utilizando dados do serviço de prevenção de câncer de colo uterino da ASCES, seguindo normas do Comitê de Ética em Pesquisa e resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

3. RESULTADOS

O projeto atendeu em torno de 9.775 mulheres, na faixa etária entre 18 e 70 anos. Um total de 1.627 pacientes foram atendidas para realização da coleta de amostras citológicas, havendo conseqüentemente, a emissão de 1.627 laudos de análise citológica com conclusão diagnóstica de normalidade cervical, inflamação cervical, lesões de baixo grau, lesões de alto grau, adenocarcinoma e carcinoma cervical. As coletas foram realizadas por professora extensionista Biomédica, componente e fundadora do projeto, e alunos extensionistas.

O ECM foi implementado no primeiro semestre de 2016, e avaliou mais de 178 mulheres até o momento. Todas as mulheres foram avaliadas por professora extensionista Enfermeira, componente do projeto de extensão, e alunos extensionistas.

Foram realizados mais de 150 eventos durante os 11 anos do projeto, os quais compreenderam encontros promovidos na própria universidade e em comunidades

do município de Caruaru ou de outros municípios da região, empresas públicas e privadas, e outras entidades locais e regionais. Dentre estes eventos destacamos: O Dia mundial da Saúde, Semana da Mulher, Comemoração ao Dia do Biomédico, Evento da TV Asa Branca, Evento da TV Jornal em Caruaru, Eventos SESC, Fabrica Hebron, Polo Comercial de Caruaru, Feira de Artesanato de Caruaru, Escola Mario Sette e Escola Estadual de Referência Nelson Barbalho, em Caruaru, Evento em Chã Grande-PE, São Joaquim do Monte-PE e Gravatá-PE.

Foram atendidas no processo de educação em saúde, mais de 8.148 mulheres, demonstrando a sociedade, constantemente, a importância da prevenção do câncer de colo uterino e mama, utilizando apresentações como palestras, distribuição de folders, uso de simuladores ginecológicos e de mamas, além de informações dialogadas com as mulheres sadias e doentes por câncer, refletindo sempre no autocuidado e levando aspectos de prevenção secundária e terciária às mulheres já diagnosticadas com câncer (Figura 1).

Figura 1: Formas de abordagens utilizadas para levar à comunidade informações relacionadas à importância da prevenção do câncer de colo uterino: A) demonstração da coleta para exame citopatológico; B) entrega de folders e informações dialogadas com a população; C) apresentação de palestras e peças teatrais; D) momento de massagens relaxantes nas pacientes oncológicas; E) momento de maquiagem nas pacientes oncológicas.



Fonte: Arquivo do Projeto

A maior parte destas pacientes são provenientes de demanda espontânea de origem externa a instituição. Também foram incluídas as mulheres de diversas localidades, bairros do município de Caruaru, além de comunidades de outros municípios circunvizinhos. Nestes últimos casos, as pacientes foram envolvidas no protejo para receberem orientações relacionadas à importância dos exames citopatológicos.

Já participaram do projeto, mais de 600 estudantes de graduação dos cursos de biomedicina, farmácia e enfermagem. A seleção para integração no referido projeto ocorre semestralmente, e permite que os estudantes selecionados possam participar por até dois semestres. Neste período, os estudantes participam de treinamentos que compreendem o estudo de conteúdos teóricos relacionados à prevenção do câncer, vivência na prática laboratorial de realização de exames citopatológicos, construção de material educativo para a população, além da criação de dinâmicas para apresentação a comunidade, tendo como ponto principal garantir a informação relacionada à importância da prevenção do câncer de colo uterino e mama (Figura 2).

Figura 2: À esquerda: momento de análise microscópica das amostras coletadas dos pacientes do projeto de extensão. À direita: momento de acolhimento de novos alunos extensionistas, apresentando nossas etapas de trabalho e conteúdos abordados para momentos de educação em saúde.



Fonte: Arquivo do Projeto.

Foram desenvolvidos mais de dez projetos de pesquisa, envolvendo trabalhos de conclusão de curso e iniciação científica institucional (INICIA), utilizando dados do serviço de prevenção do câncer de colo uterino da ASCES, seguindo normas do Comitê de Ética em Pesquisa e resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Sendo todos os projetos submetidos ao comitê científico e comitê de ética em pesquisa da Ascens-Unita. Os temas desenvolvidos nestes projetos compreenderam assuntos relacionados a frequências de lesões, alterações citopatológicas benignas e evidências de microrganismos através da citomorfologia, sendo abordado a citologia do colo do útero.

4. DISCUSSÃO

Os fatores de risco para o surgimento do câncer cervical uterino (e de suas lesões precursoras) têm sido determinados epidemiologicamente nas últimas três décadas. É estimado que uma redução de cerca de 80% da mortalidade

por esse câncer pode ser alcançada através do rastreamento de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com o teste de Papanicolaou e tratamento das lesões precursoras com alto potencial de malignidade ou carcinoma *in situ*. Para tanto, é necessário garantir a organização, a integralidade e a qualidade do programa de rastreamento, bem como o seguimento das pacientes. A prevenção e a detecção precoce do câncer de colo uterino se constituem em um marco inicial de seu controle, tornando-se, assim, as medidas mais eficazes para minimizar sua evolução. Resulta no decréscimo significativo da morbimortalidade, caracterizando o conceito amplo de prevenção⁴.

O câncer do colo do útero apresenta alto potencial de prevenção e cura, sendo algo próximo a 80%, quando diagnosticado precocemente¹. A colpocitologia oncótica é um método de rastreamento que, desde a sua introdução, tem sido de enorme valor na redução da mortalidade por esse tumor, embora, na verdade, isso só tenha ocorrido em países que instituíram rigorosos e ininterruptos programas de prevenção a longo prazo⁹.

O exame do esfregaço cervicovaginal, ou simplesmente teste de Papanicolaou, mostrou-se eficiente para detecção precoce da neoplasia cervical em sua fase assintomática, se tornando a técnica eleita para rastreamentos populacionais em todo mundo¹⁰. Desta forma, evidencia-se a importância do projeto de extensão que realiza o método diagnóstico padrão para detecção precoce de alterações do colo uterino. Este projeto, demonstra-se eficiente como auxílio ao serviço público de saúde. O rastreamento das lesões do colo uterino em suas fases iniciais antes de se tornarem lesões invasivas é realizado através do exame citopatológico

cervical, sendo a principal estratégia de rastreamento deste câncer no Brasil¹.

No âmbito das investigações das alterações mamárias, o ECM, deve ser realizado em consultas médicas e/ou de enfermagem e é recomendado a partir dos 20 anos de idade. São observados alguns aspectos relacionados a doenças malignas mamárias como: mudanças de tamanho mamário unilateral, aspecto rugoso (casca de laranja) da pele mamária e aspecto inflamatório (eritema mamário), presença de secreção purulenta ou sanguinolenta mamária, inversão, descamação ou ulceração do mamilo, percepção de nodulação mamária e/ou em axilas⁴.

Este método tem maior percepção de nodulações acima de 1 cm, em mulheres entre 50 a 59 anos de idade, chegando a 83% de sensibilidade e 96% de especificidade¹¹. Diante desta importância e efetividade, em uma análise transversal e comparativa entre as regiões Nordeste e Sul do Brasil, evidenciou em pesquisa com 8.076 mulheres da região Nordeste, mais de 30% das mulheres nunca haviam realizado o ECM, caracterizando um número médio de 2.422 mulheres. Já na região Sul, analisando apenas 4.417 mulheres, 16% relataram nunca ter feito o ECM, representando um número bem menor, de 707 mulheres, em comparação com a região Nordeste. Estes dados, relatam a dificuldade de educação em saúde e a necessidade de maior dedicação ao incentivo da realização do ECM¹².

O referido projeto é uma ótima estratégia para aumentar os números de mulheres assistidas neste aspecto clínico, além de levar, através das ações educativas, mais informações sobre a simplicidade do ECM e da sua necessidade quando falamos em rastreio precoce do Câncer de Mama. Segundo

pesquisa realizada por Ribeiro, Santos, Teixeira⁵, mulheres entrevistadas demonstraram escasso conhecimento sobre o exame preventivo, sua finalidade, sua população-alvo e sobre a periodicidade de sua realização. Demonstram também, desconhecimento de que, em seus estágios iniciais, o câncer do colo do útero, apresenta-se assintomático.

Este escasso nível de conhecimento, é visto também, nos momentos de atendimento e/ou educação em saúde do projeto de extensão. Compreendemos o quanto o conhecimento modifica a realidade de muitos e motiva as percepções de autocuidado e melhoria na qualidade de vida. A falta de conhecimento sobre a periodicidade e a finalidade do exame preventivo, acarreta numa despreocupação e desinteresse pela sua procura. Enquanto que ao se obter esses conhecimentos resulta numa maior e mais consciente busca pela prevenção¹³.

As intervenções que o referido projeto vem realizando na comunidade, reforça as descrições sobre a extensão universitária, que segundo Sousa¹⁴ definem proporcionar uma vivência determinante e diferenciada em contribuir com o serviço, formar profissionais diferenciados, qualificar à atenção à saúde prestada à comunidade.

A participação de acadêmicos em atividades extensionistas proporciona grande impacto em sua formação acadêmica por proporcionar o desenvolvimento de habilidades de participação, proatividade, planejamento, inserção na sociedade¹⁴, No estudo de Rios¹⁵ os estudantes ressaltaram que ao longo da realização das atividades no território foram estimulados a pensarem acerca de competências inerentes ao exercício da profissão, como empatia,

valorização dos saberes e vivências dos sujeitos, respeito, capacidade de escuta, atendimento integral, entre outras. Com isso, se torna importante destacar a amplitude e dimensão que a extensão universitária pode causar na formação discente, onde o referido projeto em intervindo ao longo dos mais de 10 anos de atuação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão: Prevenção do Câncer do Colo do Útero e Mama encontra-se atualmente em andamento na Asces-Unita. Os resultados esperados na criação deste projeto estão sendo atendidas e semestralmente inovações são implementadas, principalmente relacionadas à abordagem das pacientes na transmissão da informação a comunidade.

O diagnóstico precoce do câncer do colo uterino permite o rastreamento das lesões de colo em suas fases iniciais antes de se tornarem lesões invasivas através de um método de detecção conhecido como exame de Papanicolau. Conhecido também como exame citopatológico, periódico para prevenção do câncer de colo uterino, tem sido a melhor estratégia de Saúde Pública para a detecção de lesões pré-neoplásicas e neoplásicas, sendo desta forma muito útil na identificação de alterações citomorfológicas nucleares e citoplasmáticas relacionadas ao HPV.

Com a implementação do ECM, evidencia-se sua importância na detecção de alterações mamárias em mulheres assistidas pelo o projeto, desmistificando o exame e demonstrando sua eficiência, além de proporcionar um melhor preparo técnico aos futuros profissionais formados pela Asces-Unita. Ressalta-se que este exame, muitas vezes deve ser associado

a exames de imagem como a mamografia, efetivando o protocolo de rastreio precoce do CM.

Além disto, há grande necessidade em levar a sociedade o conhecimento relacionado à prevenção do câncer de colo uterino e mama, tendo em vista a grande necessidade que alguns locais apresentam este conhecimento deficitário, os quais envolvem desconhecimento de métodos de rastreio e como, ou em que local, o exame deve ser realizado.

Percebe-se continuamente, a importância em transmitir conhecimento a população, uma vez que este, quando associado a adequadas orientações relacionadas ao exame citopatológico, favorece a creditação da paciente e maior confiança relacionada à sua finalidade, possibilitando consequentemente uma maior procura para realização periódica dos exames preventivos e de rastreio precoce do câncer de Colo Uterino e Mama.

Assim, evidencia-se a importância da existência deste projeto de extensão no Agreste Pernambucano, visto a importância da transmissão do conhecimento e uso dos métodos diagnósticos, de instituição de ensino voltada para as necessidades das comunidades locais e regionais contribuindo para melhorias na Saúde Pública regional.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer – INCA. Estimativa 2018 – **Incidência de câncer no Brasil**. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/estimativa/2018/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

2. RODRIGUES, A. F.; SOUZA, J. A.. Papilomavírus humano: prevenção e diagnóstico Human papillomavirus: prevention and diagnosis. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 4, p. 197-202, 2015.
3. EIFEL, P. J.; LEVENBACK, C. Exame para Neoplasias. In:_____. **Câncer do Trato Genital Inferior Feminino**. 1 ed. Rio de Janeiro, Revinter, 2005. p.81-89
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama**. 2 ed. Brasília, 2013. p. 83-97.
5. RIBEIRO, M. G.; SANTOS, S. M. R.; TEIXEIRA, M. T. B. Itinerário Terapêutico de Mulheres com Câncer do Colo do Útero: uma Abordagem Focada na Prevenção. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n.4, p. 483-491, 2011.
6. S.O.S. CORPO. GÊNERO E CIDADANIA. **Atualização da Padronização de normas e procedimentos para a prevenção do câncer de colo uterino no Estado de Pernambuco**. Recife, 1998.
7. PALHANO, R. B. POPs, Segundo a Lista de Verificação da Sociedade Brasileira de Citologia Clínica-SBCC. In: **Setor de técnicas citológicas**. São Luís: UEMA, 2004.
8. SOLOMON, D.; NAYAR, R. **Sistema Bethesda para Citopatologia Cervicovaginal**: definições, critérios e notas explicativas. 2. ed. Rio de Janeiro: Reinventer, 2005.
9. SILVEIRA, L. M. S.; CRUZ, A. L. N.; FARIA, M. S. Atipias Cervicais Detectadas pela Citologia em Mulheres Atendidas em Dois Hospitais da Rede Pública de São Luís – MA. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 115-119, 2008.
10. ROBERTO NETTO, A.; RIBALTA, J. C. L., FOCCHI, J. A Dimensão da Prevenção e o câncer do Colo Uterino. Femina, **Revista da Federação brasileira das associações de ginecologia e obstetrícia**, São Paulo, v. 34, n.2, p. 87-89, Fev. 2006.
11. ANDRADE, S. A. F. A importância do autoexame e exame clínico das mamas. **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa**, São Paulo, v. 11, n. 23, p. 1-6, 2014.
12. BORGES, Z. S. B.; WEHRMEISTERI, F. C.; GOMESL, A. G., GONÇALVES, H. Exame clínico das mamas e mamografia: desigualdades nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 19, n.1, p. 1-13, 2016.
13. CHUBACI, R. Y. S.; MERIGHI, M. A. B. Exame para detecção precoce do câncer cérvico-uterino: vivência de mulheres das cidades de Kobe e Kawasaki, Japão e São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v.5, n.4, p.471-81, 2005.
14. SOUSA, B. S.; MESSIAS, C. M.; ANDRADE, A. P.; SILVA, F. G.; FILHO, R.F.S.; SOUSA, I.I.L.; GONÇALVES, K.G.A. A contribuição da extensão universitária no serviço de assistência pré-hospitalar, **Revista Nursing**, São Paulo, v.22, n. 250, p. 2741-2744, 2019.
15. RIOS, D. R.; CAPUTO, M. C. Para Além da Formação Tradicional em Saúde: Experiência de Educação Popular em Saúde na Formação Médica, **Revista Brasileira de Educação Médica**, Salvador, v.43, n. 3, p. 184-195, 2019.

Agradecimentos

Ao Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita) todo estímulo, apoio e confiança, à toda comunidade que confia em nosso projeto e a todos os alunos que passaram e passam pelo projeto, contribuindo de forma tão integra e humana.

Artigo Original

Promoção de educação sobre consumo e efeito do álcool no ensino médio

George Alessandro Maranhão Conrado¹ orcid.org/0000-0001-6649-577X

Fetxanê Menira Tni-ah Oliveira Brandão² orcid.org/0000-0003-3548-0895

Daniela de Araújo Viana Marques³ orcid.org/0000-0002-2380-7910

¹⁻²Universidade de Pernambuco. Serra Talhada, Pernambuco, Brasil.

³Universidade de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail do autor principal: george.maranhao@upe.br

RESUMO

Em se tratando do tema “álcool”, no Brasil, dois fatos chamam atenção: é a droga lícita mais consumida e a idade de primeira ingestão está cada vez mais precoce. Estima-se que em 2010, cada brasileiro acima de 15 anos consumiu cerca de 8,7 litros de álcool puro - consumo acima da média mundial. Isto contribui para um maior número de indivíduos com sequelas pelo uso cotidiano e abusivo do álcool. Mediante esse panorama, decidiu-se avaliar o perfil de consumo de álcool entre a população adolescente matriculada no ensino médio de duas escolas públicas da cidade de Serra Talhada-PE. Realizou-se uma intervenção transversal com 267 discentes de escolas públicas do Sertão do Pajeú pernambucano. Para isto, os participantes receberam capacitações sobre o tema e nas apresentações foram utilizados recursos midiáticos, conjugando os mecanismos vocal e visual. Na ocasião foi aplicado o “Alcohol Use Disorders Identification Test” e um questionário demográfico. Evidenciou-se que a grande maioria dos participantes praticavam consumo de baixo risco ou abstinência; porém, aproximadamente 1/5 da população apresentou hábitos etílicos dentro das zonas de risco. Apesar de majoritariamente a amostra ter sido adequadamente atendida pela intervenção, percebeu-se, ainda, a necessidade de novas intervenções e talvez mais precocemente ainda.

Palavras-chave: AUDIT; Estudantes de ensino médio; Escolas públicas; Perfil de consumo de álcool; Promoção de educação.

ABSTRACT

When the topic of "alcohol" in Brazil is being dealt with, two facts stand out: it is the legal drug that is the most consumed and the age at which it is first taken ingestion is getting younger and younger. It is estimated that in 2010, every Brazilian over 15 years drank about 8.7 liters of pure alcohol – an amount that is above the world average. This fact contributes to a greater number of individuals with acute and chronic sequelae due to drinking alcohol every day and in excessive amounts. Therefore, it was decided to evaluate the profile of alcohol consumption among the adolescent population enrolled in two state high schools in the town of Serra Talhada-PE. A transversal intervention was carried out with 267 state school students in the Sertão do Pajeú, Pernambuco. To do so, these student participants in the project received training on the topic for which media resources, using both audio and visual mechanisms, were deployed. The "Test to identify Disorders arising from drinking Alcohol" and a demographic questionnaire were applied at the start of the Project, which had received prior approval from the Committee on Ethics in Research. Evidence was found that the great majority of participants either consumed alcohol at a low level of risk or were tee-total. However, approximately one-fifth of the population presented alcohol habits within risk zones. Although most of the sample was adequately covered by the intervention, it was also noticed that there is a need for new interventions and perhaps to include even younger pupils.

Keywords: AUDIT; High school students; State schools; Profile of alcohol consumption, Encouraging more training courses.

1. INTRODUÇÃO

O álcool é uma substância psicoativa com alto potencial de desencadear dependência. E no mundo, os problemas relacionados ao abuso do uso de álcool variam^{1,2,3}. Segundo a 10ª Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, 2007, o álcool está associado a mais de 200 doenças e lesões. Portanto, as consequências do seu uso crônico e exacerbado são além de muito diversos, bastante onerosos para o sistema de saúde pública.

Embora no Brasil exista uma lei que impeça a comercialização de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos - Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 – é cada vez mais precoce a idade da primeira ingestão alcóolica, e são crescentes o número de intoxicação aguda por álcool ou suas sequelas agudas e crônicas nas urgências e emergências^{4,5}. Pode-se falar, ainda, que a o consumo de álcool iniciado antes dos 15 anos de idade aumenta em 4 vezes o risco de desenvolver dependência⁶.

A necessidade da intervenção surgiu, na verdade, da observação de dados coletados no mesmo *locus*, porém, com o público universitário. Ao perceber que os perfis de consumo de álcool na faculdade de Medicina, apesar da maioria ser abstinência ou praticar um consumo alcoólico de baixo risco, havia uma parcela relevante de indivíduos que já possuía hábitos de risco. Então, viu-se a necessidade de realizar uma intervenção para os jovens no momento anterior à entrada na universidade, o ensino médio. Aproveitando a ocasião para identificar qual o padrão de consumo de álcool destes adolescentes.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Foi solicitado, inicialmente, aos gestores das Escola de Referência em Ensino médio Professor Adauto Carvalho e Escola Estadual Cornélio Soares, a permissão para serem realizadas as apresentações. As instituições com 9 e 6 turmas, respectivamente, possuíam turmas de 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, com uma média de 40 alunos por turma. A escolha das instituições, inclusive, seguiu a ordem de permissão, sendo as duas primeiras escolas que aceitaram nos receber as abarcadas pela intervenção. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Pernambuco e está de acordo com determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP (CAAE: 73568617.0.0000.5207). Todos os discentes participantes assinaram o Termo de consentimento Livre e Esclarecido e um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido foi assinado previamente pelos pais.

A estratégia utilizada foi a aplicação de recursos midiáticos durante as apresentações em forma de exposição dialogada com apoio de diapositivos, seguida de roda de conversa, como forma de dar oportunidade para compartilharem experiências e trazer esclarecimentos sobre o tema. Fizemos uso da combinação de estímulos verbais e visuais, usando como imagens da série “The Simpsons” facilitando a ilustração dos casos, para significar o tema e discutir os dados epidemiológicos sobre o consumo do álcool no Brasil e no mundo, comentar acerca da ação do álcool sobre o funcionamento do corpo, suas consequências, estado psicológico e relações interpessoais. A fim de deixar as apresentações mais fluidas, sob a supervisão dos coordenadores, todos os participantes contribuíram na fabricação

dos materiais utilizados nas exposições, fazendo, assim, todos os conhecerem bem. Foram realizados, também, vários ensaios, inclusive com possíveis perguntas que os adolescentes poderiam levantar e requisitada, ainda, a opinião de um profissional psicólogo para ajudar a adequar a linguagem e o conteúdo exposto.

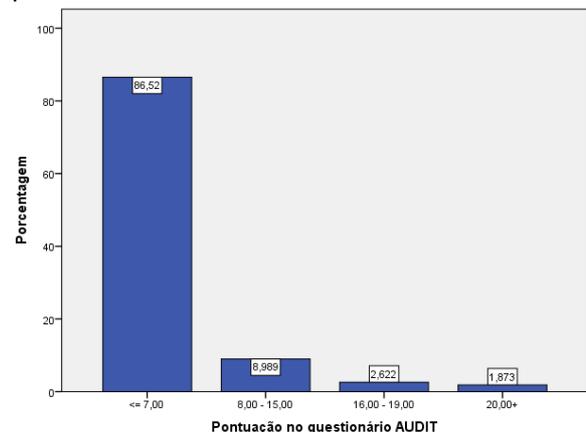
Ademais, aproveitamos a ocasião para realizar uma coleta de dado, que, após a proposta ter sido submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Pernambuco, foi realizada com a utilização de um questionário socioeconômico, no qual consta os tópicos: sexo, idade atual, idade em que experimentou álcool pela primeira vez e qual o nível de socioeconômico. Além deste, fizemos uso do Teste de Identificação de Desordens do Álcool (questionário AUDIT), desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e estruturado com 10 questionamentos que classificam o indivíduo quanto ao consumo de álcool de acordo com a pontuação atingida – A Zona I abrange os scores de 0 à 7 e os indivíduos nesta são classificados como “Abstêmios ou que realizam consumo de baixo risco”; a Zona II, scores de 8 à 15 e realizam “consumo de risco”; a Zona III, score de 16 à 19 e realizam “consumo de alto risco com tendências a dependência”; e a Zona IV, acima de 20 pontos e que já é considerado dependente alcoólico. Este questionário foi escolhido pois, além de classificar quanto aos perfis de consumo de álcool, indica qual seria o melhor método de intervenção para cada padrão de consumo de álcool, sendo possível realizar prevenção primária; orientação básica; intervenção breve e monitoramento; e encaminhamento para serviço especializado, respectivamente, sendo utilizado também como parâmetro

para avaliar a efetividade e relevância da intervenção.

3. RESULTADOS

A população selecionada para receber a intervenção foi composta por 267 indivíduos de ambos os sexos, com média de idade de $15,84 \pm 1,03$ anos, matriculados no ensino médio público e que aceitaram participar da intervenção por livre e espontânea vontade como colaboradores. A maioria da população foi composta por indivíduos do gênero feminino, (55,0% versus 45,0%). 45,5% estava inscrita no primeiro ano do ensino médio, 18,3% no segundo ano, e 36,2% no terceiro ano. A pontuação do AUDIT está exposta na figura 1.

Figura 1. Gráfico percentual: Pontuação do questionário AUDIT da amostra estudada.



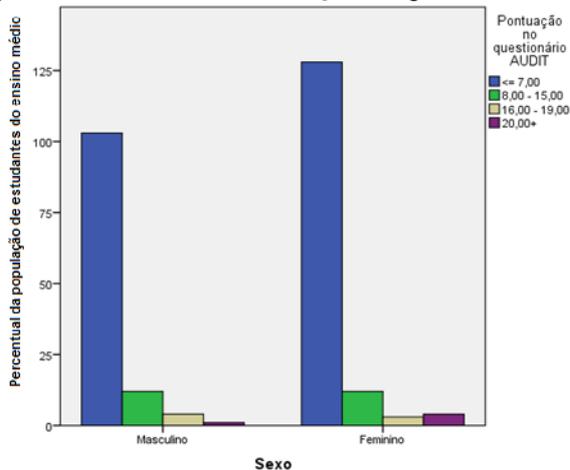
Fonte: Pesquisa direta. 2018

Através do questionário AUDIT, pode-se constatar que a população analisada se apresentou majoritariamente classificada na Zona I, ou seja, indivíduos abstêmios ou que realizam um consumo de álcool de baixo risco (86,5%). Porém, ainda existe uma quantidade relevante de indivíduos que estão classificados nas zonas de consumo de álcool de risco.

Em se tratando da relação entre o gênero e o consumo de álcool, observou-se que o sexo feminino lidera na maioria

das zonas de classificação no questionário AUDIT (Figura 2). Porém, apesar do consumo de baixo risco e abstinência ter sua maioria composta por indivíduos do sexo feminino, as mulheres estão à frente dos homens quando se fala no perfil de consumo de álcool da Zona IV – dependentes alcoólicos, o que é preocupante.

Figura 2. Gráfico percentual: Pontuação no questionário AUDIT em relação ao gênero.



Fonte: Pesquisa direta. 2018

É importante comentar que, no momento da apresentação, os alunos demonstraram muito interesse pelo tema em questão. Interagiram de maneira satisfatória com os participantes que estavam ministrando as palestras, fazendo questionamentos e também relatos de caso pessoal, das experiências vividas pela família, sua comunidade e notícias que foram divulgadas na mídia.

No momento em que começou-se a falar dos cuidados com a saúde, os jovens alegavam que seja durante o consumo ou na fase de veiasalgia, sentiam-se acometidos por transtornos gastrointestinais, tremores e verificavam mudanças na textura da pele e cabelos. A presença de cefaleia foi um achado recorrente. Falou-se também sobre saúde mental, sendo que as queixas mais recorrentes eram ansiedade,

concentração, problemas com a família, problemas financeiros, e depressão, um quadro muito semelhante ao encontrado do estudo de Cavalcanti e colaboradores (2008) e Oliveira, et al (2016). Mencionaram, ainda, que o álcool é uma forma fácil de poder adentrar nos grupos sociais e de fugir do *bullying*.

Diante destes relatos, a postura tomada pelos ministrantes das palestras foi a indicação da busca por uma assistência mais direcionada. Foi orientado que existem uma gama de profissionais com capacidade de ajudar a encaminhar os problemas desses jovens e que tudo isso poderia ser realizado através do Sistema Único de Saúde através da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras drogas - na forma de assistência nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nos Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF), entre outras instâncias - sem custo algum⁷⁻⁸.

Na discussão final, notou-se a compreensão da maioria dos alunos que, quem é abstêmio ou que realiza o consumo de baixo risco, não sofre com os problemas do metabolismo alcóolico com tanta recorrência. Inclusive que, quem não realiza hábitos de alto risco tem maior disposição para conseguir resolver os problemas cotidianos e maior produtividade, portanto, intervindo na perpetuação do ciclo de pobreza⁶.

É válido informar, ainda, que, as instituições visitadas acharam de o projeto de extrema relevância, chegando a solicitar que as apresentações fossem executadas em mais turmas. Uma observação importante é que, os professores, no momento do *feedback*, conversaram com os participantes que intercedessem com as palestras também nos colégios de ensino fundamental, pois já vinham observando que os adolescentes estavam sendo introduzidos

ao ensino médio já com hábitos etílicos inadequados.

4. DISCUSSÃO

A intervenção escolhida, prevenção primária e orientação básica, conseguiu abranger de forma ideal a maioria da população. Isto porque, segundo o questionário AUDIT e como foi demonstrado anteriormente em texto e gráficos, esta seria a intervenção que mais se adequaria aquela amostra⁹.

Inclusive, quando consideramos o álcool como a droga porta de entrada para o consumo de outras drogas, para os que foram sensibilizados, essa intervenção consegue atenuar a exposição destes adolescentes ao uso recreativo de substâncias entorpecentes e ao uso do tabaco, diminuindo este comportamento de risco, o envolvimento e patrocínio do tráfico de drogas, além da morbidade e mortalidade que são consequências do seu uso^{1-2,5-6}.

A decisão de realizar a intervenção neste tipo de população, considerando faixa etária e ambiente, também foi interessante pelo fato de que os adolescentes são potenciais disseminadores de conhecimento. Tanto para os seus amigos como para os seus familiares e comunidade em que está inserido. Estima-se que pelo menos duas pessoas, além do discente que participou da intervenção, poderiam receber estas informações e ser beneficiadas por esta ação, o que é bastante interessante, pois faz com que os objetivos traçados pela ação alcancem um público muito maior do que apenas a população que participou.

A vertente estatística do estudo demonstrou uma quantidade percentual significativa de indivíduos classificados como abstêmios ou que realizavam consumo de baixo risco 231 (86,5%)

alunos. O que entra em contraste com o observado na literatura. Num estudo realizado no município de Cajazeiras-PB, demonstrou-se que apenas 7,8% da população estava classificado na zona de provável abstinência. Um número consideravelmente inferior ao encontrado na população³.

Apesar de não haver consenso, a literatura demonstra que o consumo de álcool em relação ao sexo é relativamente proporcional, durante essa intervenção notou-se ser maior entre o sexo feminino que o masculino^{5,13}. Este fato que é de extrema relevância no âmbito da saúde, já que as mulheres são as mais prejudicadas quanto as variabilidades fisiológicas intrínsecas do metabolismo e excreção alcoólica, e em se tratando da idade, uma maior vulnerabilidade a estupros, infecções sexualmente transmissíveis, gravidez não planejada e indesejada, além das consequências para o conceito pela exposição aguda e crônica ao álcool. Porém, apesar destas situações, os homens continuam sendo mais onerosos ao sistema de saúde pelo fato de que são os que líderes em condução de risco automobilística de risco e situações de agressão, portanto, tendem a aumentar o espectro de indivíduos atingidos - direta ou indiretamente - pelo consumo de álcool¹¹.

Um fator relevante nesta população é de que 13,5% apresentava algum grau de consumo de álcool de risco. Um valor muito inferior ao descrito na literatura, na qual 92,2% da população dos adolescentes apresentava algum nível de consumo de risco – 31,1% na Zona II, 3% na Zona III, e 58,1% se encontravam na Zona IV¹².

Os estudos vêm relatando uma idade cada vez mais precoce de início de consumo de álcool, entre 10 e 12 anos de idade^{1,5}. Um fato interessante, já que esta

mesma variante foi analisada na população e foi encontrada uma idade inferior às médias internacionais¹³. Esse fato, talvez, contribua para que atividades proponentes de mudanças estagnadoras ou descendentes nos padrões de consumo sejam mais efetivas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendeu-se, logo, que embora nossa intervenção tenha abrangido um grupo que majoritariamente realiza um consumo de baixo risco ou são abstêmios, e que apesar de nossa intervenção ter sido adequada para a maioria da população, ainda há aqui indivíduos que cultivam um perfil de consumo do álcool de risco, e que carecem de atenção especial. Principalmente pela faixa etária em que se encontram, pelo início cada vez mais precoce de contato inicial com o álcool, nível educacional e status socioeconômico dependente.

Acredita-se que a intervenção foi muito bem sucedida em decorrência da grande interação entre os participantes e ministrantes das palestras. E que sua efetividade gerará um impacto psicológico, social e biológico bastante positivo, diminuindo as consequências agudas e crônicas decorrentes do consumo e abuso do álcool para com os discentes participantes da intervenção e para aqueles os quais estes disseminarem as informações.

É válido ressaltar que não apenas os adolescentes se beneficiaram deste projeto, já que foi possível observar a ampliação de habilidades de comunicação, trabalho em equipe, elaboração e seguimento de projetos de extensão, reflexão sobre temas complexos e organização, entre os acadêmicos envolvidos no seguimento do projeto. A proposta do projeto e as

reuniões auxiliaram na interação e troca de conhecimentos entre acadêmicos de turmas diferentes e profissionais aos quais não são de contato cotidiano. Compreendeu-se, também, de maneira mais profunda o funcionamento do sistema de redes de saúde pública.

Portanto, fica evidente a necessidade de mais intervenções sensibilizadoras acerca das complicações do abuso agudo ou uso crônico do álcool não apenas em populações como estas, mas agir de maneira mais precoce, no ensino fundamental.

Comenta-se, ainda, que este projeto permite a abordagem de diversos temas, fazendo com que sua perpetuação seja uma realidade possível, variando desde uma nova intervenção no mesmo público, avaliando se houve mudanças em sua percepção quanto ao consumo de álcool, como a possibilidade de ampliação da abordagem do tema para o consumo de outras drogas como cigarro e drogas ilícitas, inclusive para outras escolas da região.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, J. C.; CAMPOS, J. A. D. B. Consumo de álcool por adolescentes. **Revista Uningá**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 161-172, nov., 2017.
2. OLIVEIRA, G. S.; ROCHA, C. A.; SANTOS, B. E. F.; SENA, I. S.; FAVARO, L.; GUERREIRO, M. C. Prevalência e fatores associados à depressão em estudantes de medicina da Universidade Federal do Amapá. **Rev. de Medicina e Saúde de Brasília**, Brasília, v. 5, n 3, p. 186-199, 2016.
3. PELICOLI, M.; BARELLI, C.; GONÇALVES, C. B. C.; HAHN, S. R.; SCHERER, J. I. Perfil de consumo de álcool e prática do beber pesado episódico entre universitários brasileiros

da área de saúde. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, p. 150-156, set., 2017.

4. BRASIL. Decreto-Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, jul. 1996, Seção 1, p. 13074.

5. GONÇALVES, A. M.; OLIVEIRA, A. F.; GANDRA, H. M.; ASSUNÇÃO, P. G.; OLIVEIRA, T. M.; SILVA, T. P. R. Avaliação do padrão de uso do álcool entre moradores de uma região socialmente vulnerável. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. esp. 2, p. 95-100, fev., 2015.

6. CAVALCANTE, M. B. P. T.; ALVES, M. D. S.; BARROSO, M. G. T. Adolescência, álcool e drogas: uma revisão na perspectiva da promoção da saúde. **Esc. Anna Nery Rev. de Enferm**, Rio de Janeiro, v 12, n. 3, p. 555-559, set. 2008.

7. BRASIL. Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, dez. 2017, n. 245, p. 239.

8. FORTNEY, J.; MUKHERJEE, S.; CURRAN, G.; FORTNEY, S.; HAN, X.; BOOTH, B. M. Factors Associated with Perceived Stigma for Alcohol Use and Treatment Among At-Risk Drinkers. **The Journal of Behavioral Health Services & Research [JBHSR]**, Thousand Oaks, v. 31, n. 4, p. 418-429, 2004.

9. BABOR, T. F.; HIGGINS-BIDDLE, J.; SAUNDERS, J.; MONTEIRO, M. **The Alcohol Use Disorders Identification Test: Guidelines for Use in Primary Care**. [internet] 2. ed. Genebra: World Health Organization, 2001. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/hq/2001/who_msds_msb_01.6a.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

10. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Neuroscience of psychoactive substance use and**

dependence. Genebra, 2004. Disponível em:

<<http://www.who.int/iris/handle/10665/42863>>. Acesso em: 30 maio 2018.

11. QUENTAL, O. B.; FEITOSA, A. N. A.; LACERDA, S. N. B.; ASSIS, E. V.; ISIDÓRIO, U. A.; ABREU, L. C. Prevalência de uso de álcool entre estudantes adolescentes. **Rev. Enferm. UFPE on line**, Recife, v. 9, n. 1, p. 91-97, jan. 2015.

12. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on alcohol and health**. Genebra, 2018. Disponível em:

<https://www.who.int/substance_abuse/publications/global_alcohol_report/en/>.

Acesso em: 30 maio 2018

Agradecimentos

Aos alunos, professores e gestores das escolas envolvidas nesse projeto de promoção de educação sobre consumo e efeito do álcool no ensino médio e a todos os colegas que nos ajudaram e participaram das atividades nas escolas.

Artigo Original

Para além dos muros: a atuação do projeto Direitos em Movimento na comunidade quilombola Mundo Novo – Buíque/PE

Clarissa Marques¹ orcid.org/0000-0003-2567-141X

Isaene de Arruda Santos² orcid.org/0000-0003-3505-7341

Maria Roberta da Silva³ orcid.org/0000-0001-8191-0927

¹⁻³Universidade de Pernambuco, Arcoverde, Pernambuco, Brasil

E-mail do autor principal: marquesc2504@gmail.com

RESUMO

O presente artigo propõe apresentar a importância da relação entre pesquisa e extensão a partir da experiência etnográfica desenvolvida na comunidade Mundo Novo, Buíque-PE, que atuou como ponto de partida para a formação do projeto de extensão "Direitos em Movimento". Tem como objetivo geral observar como os estudos sobre o "Mundo Novo" colaboraram para ações as quais transpassaram os muros da universidade e promoveram significativas transformações na comunidade. Como objetivos específicos busca apresentar a relevância da regulamentação das comunidades remanescentes de quilombos, bem como apresentar a colaboração do projeto de extensão Direitos em Movimento (DIMO) no caso da comunidade Mundo Novo. Para tanto, foi utilizado o método hipotético-dedutivo. O projeto já obteve resultados uma vez que foi possível acompanhar o procedimento de certificação da comunidade como Comunidade Remanescente de Quilombola - CRQ e desenvolver ações de fortalecimento da identidade quilombola.

Palavras-chave: Direitos em Movimento; Comunidade Mundo Novo; quilombola; etnografia.

ABSTRACT

This article aims at illustrating the importance of the links between research and extension projects from the ethnographic experience developed in the Mundo Novo community, located in the district of Buíque, state of Pernambuco, Brazil, which was a starting point for the "Rights in Motion" university extension project. Its general objective is to observe how studies about Mundo Novo have collaborated towards actions that have gone beyond university walls and promoted a significant transformation in the community. Specific goals aim at showcasing the importance of regulating the remaining quilombo communities, as well as introducing the collaboration of the "Rights in Motion" extension project in the Mundo Novo community. The hypothetico-deductive method was used for this purpose. The project has obtained results, as it was possible to follow the process of certifying the community as a "Remaining Quilombola Community" (Comunidade Remanescente de Quilombola - CRQ) and develop actions to strengthen the quilombola identity.

Keywords: Rights in motion; Mundo Novo Community; quilombo; ethnography.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no art. 68º ADCT, previu o direito de regulamentação, identificação, reconhecimento e delimitação das terras dos povos tradicionais quilombolas. Todavia, apenas com Decreto no 4.887 de novembro de 2003 foi regulamentado o processo de identificação dos remanescentes de quilombos através da autodefinição da comunidade, certificada pela Fundação Cultural Palmares. Contudo, atualmente, muitas comunidades ainda não possuem o título de remanescentes de quilombo nem a regulamentação de suas terras. Nesse contexto, foi desenvolvido um trabalho etnográfico na Comunidade Mundo Novo, situada no município de Buíque/PE, como requisito das disciplinas Metodologia da Pesquisa e Psicologia Jurídica do curso de Bacharelado em Direito da Universidade de Pernambuco, campus Arcoverde, ocasião na qual foram constatadas inúmeras vulnerabilidades, dentre elas a ausência da certificação como Comunidade Remanescente de Quilombo, cuja publicação cumpre papel fundamental nas reivindicações dos direitos das comunidades quilombolas¹⁻⁵.

Diante dessa realidade, vislumbrou-se a necessidade de ir além da pesquisa etnográfica, com o objetivo de colocar “os direitos em movimento” e fazer a Universidade difundir o conhecimento desenvolvido no meio acadêmico por meio de um projeto de extensão. Sendo assim, o presente trabalho relata a trajetória de atuação do projeto Direitos em Movimento com o objetivo de colaborar para a transformação social da comunidade Mundo Novo e também contribuindo para que a Universidade Pública cumpra o seu papel social de

retornar o conhecimento produzido no meio acadêmico à sociedade. Dito isso, a problemática enfrentada pelo presente trabalho é de que maneira esses estudos sobre a comunidade Mundo Novo conseguiram ultrapassar as barreiras acadêmicas e auxiliar transformações na comunidade. Para tanto, foram utilizadas como aporte teórico as obras de Quijano (2005), Mignolo (2005) e Dussel (1993)^{6-7,11}.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O método de procedimento etnográfico é definido como “um modo de investigar naturalista, baseado na observação, descritivo, contextual, aberto e profundo.”² Tem ainda o objetivo de conciliar o ponto de vista do observador interno e externo a fim de descrever e interpretar a cultura, de acordo com Marconi e Lakatos³. Esse é o método em que nossa pesquisa mais se encaixa. Inicialmente, foi estabelecido que a pesquisa seguiria etapas que se iniciavam com coleta de dados e entrevistas, além da formulação de questionários. Neste seguimento, ao entrarmos em contato com os moradores, nos deparamos com um quadro de extrema vulnerabilidade, destacando-se uma grande quantidade de pessoas sem escolaridade, impossibilitando a coleta de informações por meio de questionários o que reforçou o sentimento sobre a necessidade de ações de extensão. Dessa forma, o Projeto de Extensão Direitos em Movimento surgiu com o objetivo de colaborar para a transformação social da comunidade a partir do fortalecimento de sua identidade quilombola.

O Quilombo Mundo Novo iniciou o processo para obter sua Certidão de Autorreconhecimento em 2015, mas ainda

não havia obtido resultado positivo, assim, o projeto Direitos em Movimento colocou-se à disposição para auxiliar nas ações necessárias ao cumprimento das etapas restantes. A metodologia utilizada partiu de dois pontos: a) ação educativa e capacitação dos alunos selecionados a participar do Projeto para que os mesmos tivessem contato com as informações técnicas e jurídicas necessárias. Foram realizadas reuniões para esclarecimentos e rodas de debates com os moradores da comunidade. Os discentes utilizavam camisetas de identificação no intuito de serem facilmente identificados ao caminharem pela comunidade, a ideia era tornar a equipe uma referência de apoio ao Mundo Novo. Nas rodas de debates foram tratados temas como a importância da preservação da identidade quilombola, a legislação protetiva, o procedimento necessário para conclusão da emissão da Certidão de Autorreconhecimento; b) foi revisada a estratégia jurídico-administrativa de atuação, contando com a participação da comunidade, bem como, a partir da contribuição da rede de colaboradores construída durante o Projeto, destacando-se o apoio do Ministério Público de Pernambuco e da Secretaria de Defesa da Mulher de Buíque.

Emissão de certidão	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento como Comunidade Remanescente Quilombola pela Fundação Palmares
Cinema	<ul style="list-style-type: none"> Rodas de diálogos sobre identidade, racismo e cultura Relatos das vivências das crianças nas escolas
Ação de Natal	<ul style="list-style-type: none"> Doação de brinquedos e material escolar Atividades recreativas com as crianças
Edital Nacional do Prêmio de Cultura Popular do Ministério da Cultura - Minc	<ul style="list-style-type: none"> Premiação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Mutirão da Defensoria	<ul style="list-style-type: none"> Assistência jurídica gratuita fornecida à comunidade e à todo município de Buíque e comunidades vizinhas por meio do mutirão da DPE

Sob uma perspectiva teórica, as ações do Projeto "Direitos em Movimento" contribuíram para a ampliação do debate sobre uma "afro-epistemologia" nos estudos sobre o constitucionalismo na graduação em Direito. O intuito é a colaboração, do ponto de vista teórico-prático, com o ainda "silencioso" diálogo entre os estudos sobre memória ancestral, África, América Latina e a história constitucional no Brasil. Em outras palavras, permitir uma afroperspectiva⁴ constitucional e colaborar para a descolonização curricular através da experiência do Projeto.

3. RESULTADOS

Após as ações de acompanhamento do processo de certificação em curso o objetivo primeiro foi alcançado: a publicação no Diário Oficial da União da certificação do Mundo Novo como comunidade remanescente de quilombo - CRQ. Seguiram-se, então as ações de fortalecimento identitário com a Comunidade. Tais atuações deram-se em visitas ao Mundo Novo, especialmente as ações envolvendo crianças e jovens, a exemplo da exibição de filmes e rodas de conversa. Destaca-se ainda a ação que arrecadou fundos para compra do material escolar de todas as crianças da comunidade como forma de fortalecimento da permanência dos jovens nas escolas. Outra importante ação foi a inscrição do Samba de Coco da comunidade no Edital Nacional do Prêmio de Cultura Popular do Ministério da Cultura - Minc, com a classificação e premiação no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil) reais.

Por fim, o projeto atuou em parceria com a Defensoria Pública do Estado - DPE, a Secretaria de Defesa da Mulher do

município de Buíque, Secretaria de Ação Social do município de Buíque, SESC - Buíque, Colônia Penal Feminina para realizar um mutirão que atendeu não só aos moradores do Mundo Novo, mas também a todos os moradores de Buíque que buscaram orientação jurídica. Segundo a Defensoria, estima-se que duzentas pessoas circularam nas ações do mutirão e 146 atendimentos jurídicos foram realizados, muitos deles culminaram no ajuizamento de ações judiciais. Para a realização do mutirão o Projeto precisou selecionar novos alunos o que levou à formação de uma equipe de trinta alunos, representando todos os períodos do Curso. Destacamos que todas as atividades do DIMO contaram com apresentações do Samba de Coco da comunidade Mundo Novo, uma estratégia de fortalecimento identitário diante do município onde está localizado o quilombo.

4. DISCUSSÃO

O projeto de extensão e a necessidade de colocar os “Direitos em Movimento”

O Projeto de Extensão "Direitos em Movimento" tem pretensão de desenvolver-se ao longo de três anos a partir de perspectivas independentes e complementares, tendo sido a primeira etapa, desenvolvida ao longo de 2018, voltada especificamente à orientação jurídica à comunidade Mundo Novo, localizada no município de Buíque - PE no intuito de apoiá-la durante seu processo de regularização como comunidade remanescente de quilombo. Fundamentou-se a partir da emergência de uma produção acadêmica interessada no fortalecimento efetivo de um diálogo Sul-Sul, entre as "várias Américas Latinas" e África, mediado por uma

análise da produção científica em matéria jurídica e sociológica, discutida durante as atividades do Grupo de Pesquisa que colaborou para a presente proposta de Extensão (Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade - GEPT/UPE/CNPq).

A ideia consiste em investir na visibilidade de grupos, marcados como minorias e vulneráveis, por meio de ações críticas formuladas a partir de seus próprios anseios e sujeitos, acompanhadas do suporte jurídico necessário ao fortalecimento e legitimação de Direitos. Nesse sentido, o Projeto, utilizando-se de uma rede de colaboradores (docentes, discentes, egressos, órgãos públicos e outras instituições), pretende em anos posteriores movimentar-se e apoiar outras comunidades, quilombolas ou não, marcadas pelos traços da vulnerabilidade. Vislumbra-se, por meio do aporte decolonial, reconhecer nas aproximações ambientais, sociais e culturais, entre os espaços americano e africano, a oportunidade de (re)pensar epistemologias a partir de suas próprias experiências históricas e ir além do Direito, colocando-o em "Movimento" no intuito de permitir que a Universidade movimente-se em favor daqueles os quais enfrentam o esquecimento e permanecem acortinados por um olhar subalternizado.

É por estranhar o não investimento nas particularidades afrodescendentes no contexto jurídico-administrativo brasileiro que se justificou a ideia do projeto. A pouca visibilidade da contribuição africana nos estudos do Direito resulta no distanciamento de conhecimentos necessários para compreender o caráter multiconstitutivo do espaço mestiço latino-americano incluindo-se o Brasil. No

entanto, essa expansão apenas pode tornar-se possível a partir da ampliação de redes que oportunizam o conhecimento de particularidades ignoradas, inclusive, as ignoradas pelo arcabouço jurídico-normativo, eis o papel assumido como desafio pelo Projeto "Direitos em Movimento".

Maria Lugones⁵ à luz de Aníbal Quijano, entende que o poder capitalista, eurocêntrico e global está organizado, distintamente, em dois eixos: o poder da colonialidade e a modernidade. Enquanto a modernidade foi imaginada como experiências e produtos exclusivamente europeus, o poder colonial foi estruturado em relações de dominação, exploração e conflito, o que terminou por proporcionar os meios e caminhos necessários à formação da dita "modernidade" europeia⁶ mantendo-se, em certa medida, até os dias de hoje quando assume o papel não mais de colonialismo, mas de colonialidade. Essas relações, segundo o autor, foram criadas na colonização latino-americana, cuja legitimação deu-se por meio da exploração dos povos tradicionais e africanos, e por que não afirmarmos que se deu por meio da invenção do ideal de "raça", operacionalizado a partir da distinção da estrutura biológica e linguística?⁷.

Assim, o chamado "novo mundo", considerado imaturo e incivilizado⁷, foi marcado por um período colonial escravocrata, fundado na exploração dos negros e comunidades indígenas a partir da imposição de um *status* de inferioridade dito "natural"⁶ aqui assumido a partir da denominação "subalternidade". Nesse sentido, o capitalismo desenvolveu-se como um novo padrão global de controle da mão de obra, por meio de uma estrutura articulada de controle de recursos naturais, produtos e

trabalho. O ideal de raça possuiu intrínseca contribuição para o desenvolvimento econômico hegemônico, visto que associou-se à natureza dos papéis sociais e ao espaço territorial (lugar), transformando o negro não apenas em mão-de-obra barata, bem como em mecanismo para o lucro⁶.

Em outras palavras, o colonizador europeu desenvolveu uma dominação marcada pela apropriação de espaços e pela exploração extensa de recursos naturais e dos povos os quais por eles foram considerados mercadoria. Deu-se uma internalização dos valores da cultura dominante, neste caso, do homem branco europeu. A tomar por esse parâmetro, é possível identificar um processo de aculturação, boa parte em decorrência dos valores advindos da catequização colonial, a qual trazia uma perspectiva civilizadora e desenvolvimentista baseada na filosofia moderna eurocêntrica⁷. Dessa forma, as relações coloniais de exploração e dominação foram fortalecidas pela tríade superioridade-subalternidade-exclusão. Ao lado disso, o Direito serviu de instrumento de dominação.

As normas jurídicas eram criadas e aplicadas com objetivo de manutenção do poder colonial, limitação e controle dos indivíduos e grupos originais, incluindo-se o reconhecimento apenas do clássico modelo de propriedade privada deixando minorias e grupos vulneráveis à margem do Direito ao longo da história. Eis mais uma razão para colocar os "Direitos em Movimento". O discurso moderno soube dar sustentação ao sujeito, através das retóricas de igualdade, liberdade e fraternidade. Todavia, os sinais apontam para um diagnóstico jurídico-iluminista instável, na medida em que a política contemporânea é contrariada pela

desigualdade, na qual ainda prevalece a falta de liberdade em muitos aspectos e sobressai o individualismo na esfera da sociedade civil⁸.

Ao lado desse cenário de contrastes é possível observar a seleção dos discursos dominantes, incluindo-se os discursos jurídico-positivos, organizados de modo que favoreçam procedimentos de exclusão social e reforçam a vulnerabilidade de certos grupos e minorias. Assim, as falas ainda hegemônicas refletem uma "dominação relativa" na qual a figura do "subalterno" torna-se evidente - grupos considerados dominados, os quais, não raramente, trazem como características a diversidade e heterogeneidade⁹. Ou seja, os quilombolas, além de terem passado pelo processo de exploração com a escravidão, permanecem excluídos, pois não integram os atos de fala dominantes, daí a relevância de seu reconhecimento formal-administrativo como comunidades remanescentes de quilombos. A dominação, outrora justificada pelo critério biológico ou linguístico dos povos tradicionais e africanos⁷ os quais não se encaixavam no molde ocidental-colonial, deixou como uma espécie de herança permanente a subalternidade, legitimada muitas vezes pelo sistema jurídico.

Destaca-se que por ser fruto da modernidade, a ideia inicial de direitos humanos foi edificada a partir de paradigmas modernos, com pretensões de universalidade e veracidade absoluta. Dessa forma, o subalterno não tem voz, não encontra legitimação no discurso humanitário (BIDASECA, 2010). Somado a isso, a ideologia de branqueamento criou um racismo sofisticado, no qual internalizam-se os valores distantes da pluralidade originária, distante, portanto, dos subalternizados, fortalecendo a

supremacia dos grupos hegemônicos. Essa observação leva à discussão sobre a diferença apontada por G. Spivak¹⁰ acerca da articulação problemática da "representação". Para a autora a representação existente na política é classificada como "falar por", não representando, dessa forma, o grupo oprimido. Os que falam pelos subalternos não enfrentaram ao longo do tempo as marcas da subalternidade, logo, a representação torna-se frágil.

Mais uma vez destaca-se a importância da regularidade formal dessas minorias subalternizadas no intuito de fortalecer suas representações, a importância de colocar seus direitos "em movimento". Assim, a diferença proposta na colonialidade pelas máximas da liberdade, igualdade e fraternidade encontraram lugar ativo no mundo moderno, mas somente após movimentos de descolonização dá-se a travessia para o lugar antes tido como passivo¹¹. É nessa travessia que fundamenta-se o Projeto "Direitos em Movimento", atualmente prestes a colocar em prática ações de extensão em seu segundo ano de atuação, as quais serão voltadas à intersecção entre raça-classe-gênero, por meio de atividades a serem desenvolvidas com o grupo de maracatu Baque Mulher de Arcoverde (Edital PIAEXT/2019-UPE).

Nesse sentido o Projeto apresentou como objetivo geral promover a participação da equipe de discentes no processo de formalização da comunidade Mundo Novo como Remanescente de Quilombo - CRQ, sob a orientação da Professora Clarissa Marques e em parceria com uma rede de atuação construída ao longo das atividades, destacando-se o apoio do Ministério Público de Pernambuco, da Secretaria da Defesa da Mulher do município de Buíque

e da Gerência Regional de Educação. Como objetivos específicos o DIMO apresentou: 1) capacitar a equipe DIMO para atuar no apoio à comunidade Mundo Novo em seu processo administrativo de formalização como CRQ; 2) construir uma rede de apoiadores por meio de parcerias com órgãos e instituições que pudessem colaborar com as orientações ao Processo administrativo de formalização da comunidade Mundo Novo como CRQ e em futuras Ações do Projeto DIMO; 3) levantar o andamento do Processo administrativo de formalização da comunidade Mundo Novo como CRQ, iniciado em 2015 e ainda não finalizado e construir estratégia jurídico-administrativa de atuação para finalização positiva do processo; 4) apoiar a comunidade Mundo Novo na execução das etapas previstas como necessárias à sua formalização como CRQ no intuito de alcançar a certificação almejada. Considerando que os objetivos foram cumpridos já na primeira etapa do Projeto, tendo em vista que em agosto de 2018 foi publicada no Diário Oficial da União a portaria de certificação, a equipe voltou suas atividades para colaborar no fortalecimento da identidade quilombola Mundo Novo.

O necessário reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo e o fortalecimento da identidade

Tendo em vista as informações colhidas durante a pesquisa etnográfica, ficou evidenciada a situação de vulnerabilidade da Comunidade Mundo Novo, destacando-se dentre elas a não certificação como Comunidade Remanescente de Quilombo. A certificação pela Fundação Cultural Palmares é de extrema importância, de um lado, por oferecer benefícios e acesso

a programas governamentais como o Minha Casa Minha Vida Rural, o Luz para Todos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Bolsa Permanência - e, por outro lado, para fortalecer a identidade quilombola e possibilitar a demarcação territorial de competência do INCRA.

Dessa forma, o projeto de extensão Direitos em Movimento (DIMO) concentrou suas atuações para contribuir com a concretização do pedido de certificação que já havia sido iniciado pela Comunidade Mundo Novo em 2015. Em 17 de agosto de 2018 foi emitida a Certidão de Reconhecimento do Mundo Novo pela Fundação Cultural Palmares, passando a ser chamada de Comunidade Remanescente de Quilombola do Sítio Mundo Novo e Façola - CRQ. Após essa importante conquista, a Comunidade Mundo Novo necessita da demarcação e proteção de suas terras.

Segundo o Decreto Federal N. 4.887, que regulamenta os procedimentos para: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e das terras, a titulação só será emitida após as avaliações técnicas a serem realizadas no território a partir de características espaciais, econômicas, ambientais e socioculturais da localidade em questão. Portanto, seu processo de identificação está ligado diretamente à relação que esse grupo tem com a ancestralidade, terra, práticas culturais e tradição.

A atuação do projeto Direitos em Movimento voltou-se para o fortalecimento da identidade e do resgate da ancestralidade na Comunidade Mundo Novo, que foi invisibilizada por um histórico de violência racial, a qual destinou essa população à condição marginalizada, que precisa agora provar

sua ancestralidade, apesar dos processos que a apagaram, para garantir a proteção de seu próprio território. Volta-se, portanto, a refletir acerca do negligenciamento com as comunidades tradicionais. Para tanto, faz-se necessário compreender as narrativas históricas que criaram e mantêm essa estrutura social e cultural.

Quijano⁶ afirma que a supremacia europeia tem origem no comércio nas regiões do Atlântico, devido ao poder de mercado que foi adquirido pelos europeus que partir de então, atribuíram - de maneira quase aristotélica - a cada raça um tipo de trabalho. O trabalho assalariado era restrito aos brancos e o não assalariado (escravo) aos negros. Nesse contexto, percebemos aqui o momento em que os brancos fizeram a distinção entre brancos, negros e orientais, então se auto-denominaram como uma raça superior que teria o direito de controlar a vida das outras raças "inferiores". É o processo de "outrificação"¹² no qual aos "sujeitos assim marcados somente resta existir na gramática social como outredade"¹².

Faz-se importante entender o imaginário do mundo moderno/colonial que é abordado por Mignolo (2005). Para ele, a imagem que temos do Ocidente hoje, é fruto de uma construção simbólica que não é formada apenas com a "definição que os ocidentais afirmaram sobre si, mas, também, a partir das respostas das comunidades que foram envolvidas nesse processo de auto-descrição"¹¹ Surge então a noção de diferença colonial, "articulada a partir de questões etno-raciais"¹¹. É possível perceber aqui que existem duas versões da colonização: a que é vista por quem sofreu esse processo e por quem o realizou.

A partir dessa discussão e voltando ao enfoque territorial, é importante ressaltar que a formação dos quilombos ocorreu ao longo da história e por diversas razões e maneiras. Sendo assim, por estarem subordinados a esse contexto de inferiorização, mesmo após conseguir fixar moradia e se relacionarem com o local que se estabeleceram, as comunidades quilombolas sempre enfrentaram perseguições, invasões e desapropriações, que os tiram de suas origens e impedem a manutenção dos costumes e ancestralidade desses povos tradicionais.

Acentua-se, portanto, a discussão sobre a importância do território para a identidade quilombola, configurada a partir do sentimento de pertencimento. Para isso, é importante mencionar que o conceito de território ao qual nos referimos não se limita apenas ao lugar físico, dentro de uma definição geográfica, e sim, de uma construção histórica de processos políticos e sociais¹³. Essa relação entre identidade e território é o que configura a territorialidade que, em um conceito mais bem definido, consiste no "esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim, em seu território"¹³.

Assim, pontua-se que a construção identitária quilombola parte de uma construção econômica, cultural, social e política das relações que ocorrem no território, e com o território, unindo o aspecto simbólico ao geográfico. Essa relação entre os dois aspectos é denominada por Haesbart¹⁴ de "identidade territorial". Podemos perceber, então, que "território" acaba por complementar a noção de identidade quilombola, tornando-se parte dela. A

identidade, por sua vez, atribui significação ao território. Portanto, pode-se afirmar que não se pode falar de identidade quilombola sem considerar seu sentido de territorialidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além da elaboração da pesquisa etnográfica com a Comunidade Quilombola Mundo Novo, a proposta do Projeto de Extensão Direitos em Movimento (DIMO) permitiu uma humanização dos estudos elaborados no meio acadêmico. Considerou a produção de pesquisa como um conhecimento que deve retornar para a sociedade e trazer algum tipo de modificação social, não restringindo o objeto de pesquisa apenas à observação, cumprindo, dessa forma, uma das funções da Universidade: o desenvolvimento para além da comunidade acadêmica.

Dessa forma, exercido o seu objetivo principal, o Projeto Direitos em Movimento trouxe, inicialmente, a visita do Ministério Público ao Mundo Novo e articulou a formação de uma comissão para o acompanhamento do processo de Certificação de Comunidade Remanescente de Quilombo, emitido pela Fundação Cultural Palmares, além de atender à solicitação da comunidade para que o Coletivo auxiliasse no processo de fortalecimento da identidade e ancestralidade da comunidade, especialmente com as crianças.

Faz-se importante ressaltar que essas medidas de asseguramento dos direitos das comunidades tradicionais, em especial o direito à terra, é fundamental para a manutenção da ancestralidade dessas comunidades, tendo em vista que sua identidade relaciona-se com o território, no processo chamado de

territorialidade. Ou seja, é no território que as comunidades constituem e reproduzem seus costumes e modos de produção, adicionando a ele significados. Ademais, salienta-se que toda e qualquer ação de proteção aos povos tradicionais é, na verdade, uma tentativa de mínima reparação em relação a um histórico de invisibilidade e negligência.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília. DF, 20 nov. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 20 maio 2019.
2. EISMAN, L. B.; BRAVO, P. C.; PINA, F. H. **Métodos de investigación em psicopedagogia**. Madri: McGrae-Hill, 1997.
3. MARCONI, M. S.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
4. BELCHIOR, T. A. N. **Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza**. São Paulo: Geledés, 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>> Acesso em: maio 2019
5. LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
6. QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e américa latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. 1. ed. Buenos Aires:

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107-130.

7. DUSSEL, E. **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petropolis: Vozes, 1993.
8. CARRETERO, M. **Documentos de identidad**: la construcción de la memoria histórica em un mundo global. Buenos Aires: Paidós, 2007.
9. BIDASECA, K. **Perturbando el texto colonial**: los estudios (pos) coloniales en América Latina. Buenos Aires: SD, 2010.
10. SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.
11. MIGNOLO, W. D. **A colonialidade de cabo a rabo**: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
12. SEGATO, R. L. **Raça é signo**. Brasília: UnB, 2005. (Série Antropologia nº 372).
13. LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002. (Série Antropologia 322).
14. HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/ transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

Agradecimentos

Agradecemos às moradoras e moradores da comunidade Mundo Novo pela acolhida, à Profa. Irailda Leandro e à Secretária de Defesa da Mulher em Buíque, Santina Tereza, pela caminhada, seguimos fortes!

Fomento

Projeto de Extensão financiado pelos recursos do Edital PIAEXT/2018 - UPE.

Artigo Original

Colaboração na formação de professores que ensinam matemática.

Lemerton Matos Nogueira¹

Carla Saturnina Ramos de Moura²

¹⁻²Universidade de Pernambuco, Petrolina, Pernambuco, Brasil

E-mail do autor principal: lemerton.nogueira@upe.br

RESUMO

As atuais discussões sobre a Formação de Professores que ensinam Matemática revelam que a constituição de grupos colaborativos na parceria Universidade-escola é importante para as trajetórias de aprendizagem docente. Pensando nisso, este trabalho objetiva explicitar as ações do projeto Estudos Colaborativos em Educação Matemática (ECEM), desenvolvido no âmbito do curso de Licenciatura em Matemática da UPE/Campus Petrolina, refletindo sobre seus impactos e desdobramentos no processo de desenvolvimento profissional de professores que ensinam Matemática de escolas públicas de Petrolina. Metodologicamente, o projeto contempla a criação de espaços-tempos para a consecução de estratégias teórico-práticas, seguindo ciclos de ação-reflexão-ação na prática e sobre a prática. Os resultados revelam que a perspectiva das parcerias colaborativas engendradas pelo projeto tem contribuído para a consolidação de novos modos de ensinar e aprender Matemática na escola básica. Os relatos e as respostas presentes em questionários aplicados revelam que o ECEM surge como um sustentáculo que tem ajudado os professores a melhor gerir o planejamento curricular e as intervenções necessárias frente à realidade escolar vivida por cada um. Acreditamos que o projeto tem cumprido com o seu papel de fortalecer a parceria colaborativa entre Universidade-Escola, tão necessária para o processo de desenvolvimento profissional de professores que ensinam Matemática.

Palavras-chave: Extensão; Colaboração; Formação de Professores; Desenvolvimento profissional; Matemática.

ABSTRACT

The current discussions about teacher training that teach mathematics reveal that the formation of collaborative groups in the university-school partnership is important for the trajectories of teacher learning. With this in mind, this paper aims to explain the actions of the Collaborative Studies in Mathematics Education project (ECEM), developed within the scope of the degree course in Mathematics of UPE / Campus Petrolina, reflecting on its impacts and results in the professional process development of teachers who teach Mathematics in public schools of Petrolina. Methodologically, the project contemplates the creation of space-times for the achievement of theoretical-practical strategies, following cycles of action-reflection-action in practice and about the practice. The results show that the perspective of the collaborative partnerships engendered by the project has contributed to the consolidation of new ways of teaching and learning Mathematics in basic school. The reports and answers present in applied questionnaires reveal that the ECEM emerges as a support that has helped teachers to better manage curricular planning and the necessary interventions in face of the reality school lived by each one. We believe that the project has fulfilled its role of strengthening the collaborative partnership between University-School, so necessary for the professional development process of teachers who teach Mathematics.

Keywords: Extension; Collaboration; Teacher Training; Professional Development; Mathematics.

1. INTRODUÇÃO

O projeto de Extensão *Estudos Colaborativos em Educação Matemática (ECEM)* existe há três anos, tendo iniciado suas ações no ano de 2016, com o objetivo maior de firmar parcerias colaborativas entre o curso de Licenciatura em Matemática da UPE/Campus Petrolina e escolas da região. Durante esse tempo, o grupo agregou diversos atores, quais sejam: Professores e Estudantes do Curso de Licenciatura em Matemática da UPE/Campus Petrolina; Estudantes do curso de Pedagogia; Professores de Matemática em serviço, atuantes nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio e Pedagogos atuantes nos anos iniciais de escolarização.

O mote do projeto é constituir e consolidar um grupo que, colaborativamente, possa refletir, investigar, problematizar e contribuir com o processo formativo e de desenvolvimento profissional de professores que ensinam Matemática das escolas envolvidas. O ECEM também olha atentamente para os futuros professores (estudantes dos cursos de Licenciatura em Matemática e Pedagogia da UPE/Campus Petrolina). Desde a entrada nesses cursos, alguns estudantes já têm experienciado diversas situações que marcam o exercício da docência em Matemática, contribuindo também para o processo (re)construção de suas identidades docentes.

Para além disso, a motivação para a idealização e execução do projeto esteve relacionada ao fato de o curso de Licenciatura em Matemática da UPE/Campus Petrolina, até então, não ter executado ações extensionistas que, diretamente, pudessem contribuir para o processo de desenvolvimento profissional

de professores que ensinam Matemática na Educação Básica. Entendemos que, garantindo melhores perspectivas para o desenvolvimento profissional desses professores, estamos também primando por uma melhor aprendizagem Matemática dos estudantes da Educação Básica da região (notadamente, estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio).

Pensando nisso, é que as ações do ECEM privilegiam dinâmicas de atuação pautadas em práticas colaborativas, segundo estudos teóricos¹⁻⁴ os quais comprovam que tais práticas tendem a reduzir o individualismo e isolamento docente, tão comuns nas escolas de educação básica. Com efeito, este trabalho objetiva explicitar as ações do projeto ECEM, refletindo sobre seus impactos e desdobramentos no processo de desenvolvimento profissional de professores que ensinam Matemática de escolas públicas de Petrolina, desde os anos iniciais de escolarização.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

As linhas de atuação do projeto compactuam com a premissa de que, através do fomento de programas e projetos de Extensão, as universidades conseguem contribuir para as melhorias dos processos de profissionalização docente (em se tratando de cursos de Licenciaturas), mediante a constituição de práticas colaborativas e investigativas entre Universidade-Escola.

Por conta disso, o design metodológico do projeto prevê o equilíbrio entre tempos de aprendizagem pessoal e colaborativa dos sujeitos envolvidos, a fim de minimizar o isolamento dos professores que ensinam Matemática em seu trabalho nas escolas, como também é asseverado pelos estudos de Freitas *et al*⁵ e Rocha⁶.

Corroborando com esses estudos, Fiorentini² reflete que muitos destes professores colocam esperança de solução para os problemas vivenciados no chão da escola, na união de esforços com os demais professores.

Dessa forma, a hipótese de trabalho do projeto está subsidiada no fato de que a constituição de comunidades colaborativas de docentes (que ensinam Matemática) propicia o melhor enfrentamento dos desafios de “transformar qualitativamente as práticas escolares e de contribuir para a formação de professores frente aos problemas da prática escolar atual². Para tanto, todas as ações realizadas passam pelo crivo dos professores, de tal forma que seus relatos e reflexões é que balizam as ações realizadas. Segundo esse mesmo autor, a ação de tomar os professores como cerne do processo formativo, como aqueles que pensam e refletem sobre suas práticas, é que, de fato, contribui para o processo de desenvolvimento profissional desses profissionais.

Assim, buscamos valorizar os ciclos de reflexão-ação-reflexão na prática e sobre a prática de tais professores (e também dos futuros professores). Levamos em consideração que este pressuposto metodológico visa principalmente à melhoria da prática pedagógica dos professores; o desenvolvimento curricular centrado na escola; o desenvolvimento de um grupo autorreflexivo na escola e a melhoria das condições de trabalho pedagógico e investigativo dos sujeitos envolvidos⁷.

Pensando nisso, todas as ações do ECEM, nesses três anos de existência, seguiram pressupostos metodológicos que melhor atendessem aos processos de formação e ao desenvolvimento profissional de professores que ensinam Matemática em contextos colaborativos,

sempre fomentando diálogos mais estreitos entre Universidade-Escola. Desse modo, o ECEM busca compreender as reais necessidades dos professores, no que tange às melhorias de suas práticas, no planejamento de aulas que assegurem aprendizagens mais significativas para seus alunos, na gestão dos currículos prescritos e, quando necessário, na construção de ações intervencionistas relativas a conteúdos específicos da Matemática.

Também, desenvolvemos práticas de ensinar e aprender Matemática, tomando como base outras experiências de grupos colaborativos existentes no país

na qual pesquisadores e formadores de professores da universidade, futuros docentes e professores da escola básica possam, juntos, estudar, analisar, investigar e escrever sobre o desafio de ensinar e aprender matemáticas nas escolas, negociando o currículo desejável e possível para cada².

Abaixo, sintetizamos os sujeitos, as interlocuções estabelecidas entre eles e as linhas de atuação do projeto, destacando, sobretudo, as preocupações com o processo de formação inicial e continuada de professores que ensinam Matemática (incluindo os Pedagogos).

Figura 1: As relações entre os sujeitos no projeto ECEM.



Reforçamos que, ao longo do tempo, o projeto foi aperfeiçoando suas maneiras de atuar, principalmente, nas formas de

interações entre os participantes. No ano de 2016, desenvolvemos as primeiras ações do projeto, somente realizando encontros presenciais periódicos em uma escola estadual de Petrolina. No ano de 2017, passamos a experimentar uma perspectiva de Educação Híbrida, inserindo também as interações online no ambiente Moodle, do Núcleo de Educação a Distância da UPE (NEAD/UPE). Os encontros presenciais acontecerem nos espaços da Universidade e na Gerência Regional de Educação.

Em 2018, os encontros continuaram numa perspectiva híbrida (EDPp¹ + EDPo²), mas com prevalência dos encontros presenciais, que aconteceram em três escolas municipais de Petrolina.

Ao longo desses anos, a composição do grupo sofreu mudanças, pois alguns integrantes deixavam de fazer parte das ações e outros eram inseridos. Por conta do apoio dado pelas Secretárias e Gerências de Educação das redes Estadual e Municipal, conseguimos legitimar nossas ações e a facilitação do acompanhamento dos resultados auferidos com essas ações.

Reiteramos que sempre buscamos organizar um corpus de material empírico, que nos permitisse avaliar e redimensionar nossas ações, bem como mensurar a consecução dos objetivos do projeto. Portanto, durante todo o tempo da sua vigência, fizemos diversos registros fotográficos, aplicamos questionários, construímos fóruns temáticos de discussões online, incentivamos a construção de Narrativas pelos professores, no sentido de relatarmos reflexivamente sobre os seus percursos

no projeto. Além disso, quando necessário, também solicitamos dos estudantes da Educação Básica a escrita de textos, relatando as suas aprendizagens.

Reforçamos que neste trabalho, traremos dados do projeto baseados em alguns dos materiais empíricos supracitados. Para tanto, por questões éticas, resguardaremos as imagens dos sujeitos no que tange à divulgação dos seus nomes.

3. RESULTADOS

Para fins de sistematização da escrita, traremos alguns resultados, considerando os anos de 2016 a 2018.

O nascimento do ECEM em 2016: foco no planejamento e gestão curricular em Matemática

O projeto foi criado em 2016, mediante aprovação no Edital de Extensão (PIAEXT 2016/1) e mirou suas ações para a melhoria e ressignificação das práticas de ensinar e aprender Matemática em uma escola estadual de Petrolina. O projeto atendeu a um quantitativo de sete professores da escola que lecionavam nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Além disso, participaram alguns estudantes do curso de Licenciatura em Matemática da UPE/Campus Petrolina, sendo alguns deles, recém-ingressantes no curso.

Os primeiros encontros presenciais foram destinados às discussões dos pressupostos teórico-metodológicos do projeto. Diante da necessidade dos professores, decidimos implementar as ações direcionadas à formação

¹ Encontros de Desenvolvimento Profissional Presencial, que aconteciam nas escolas, na Universidade e quando necessário nas dependências da Secretária Municipal de Educação.

² Encontros de Desenvolvimento Profissional Online, utilizando interações via WhatsApp e ferramenta do Gmail.

matemática deles, também pensando na melhoria das aprendizagens matemáticas dos seus alunos. Para tanto, o foco foi compreender as prescrições curriculares de Matemática, em termos de competências e expectativas de aprendizagens, pensando em formas de planejamento de aulas que dessem conta de articular os conteúdos de Matemática atrelados aos eixos temáticos contemplados no currículo.

Após a compreensão do documento, partimos para a construção de planejamentos de aulas, as quais versaram sobre conteúdos requeridos pelos próprios professores. Foram pensados em conteúdos que, na opinião dos professores, eram de difícil compreensão pelos estudantes e, ao mesmo tempo, desafiadores para o planejamento docente, considerando principalmente os recursos necessários. Conseguimos planejar, executar e refletir sobre os resultados das aulas, mediante o que propõe a Metodologia *Lesson Study*. Essa metodologia segue basicamente essas três etapas e, por conta disso, tem apresentado diversas potencialidades para o desenvolvimento profissional docente, notadamente, na Matemática⁸.

Figura 2: Encontro presencial em uma escola estadual de Petrolina no ano de 2016.



Fonte: Acervo fotográfico do ECEM (2016).

Os professores avaliaram positivamente as ações do projeto nesse ano, destacando o fato de a Universidade buscar interlocucionar suas ações formativas, junto às escolas de Educação Básica. Esta Figura 2 retrata um dos encontros presenciais do projeto, pautado no (re)planejamento curricular colaborativo.

As ações do ECEM em 2017: perspectivando novos cenários formativos

Em 2017, o ECEM ganhou novos contornos, principalmente pelas preocupações em atender às demandas da utilização das Tecnologias Digitais. Assim, além de buscar inserir os recursos tecnológicos para a construção de materiais curriculares educativos necessários às práticas matemáticas na Escola Básica, experienciamos formas de interações online. A proposta era que, complementarmente aos encontros presenciais, que ocorriam na Gerência Regional de Educação, também conseguíssemos melhorar o processo de desenvolvimento profissional dos professores e futuros professores.

Figura 3: Primeiro encontro presencial do ECEM em 2017.



Fonte: Acervo fotográfico do ECEM (2017)

Com efeito, neste ano, o projeto foi novamente submetido ao Edital de Extensão (PIAEXT 2017/01) e já previu

em seu design teórico-metodológico a utilização do Moodle como um espaço que permitiria uma melhor aproximação entre os integrantes. Conseguimos um espaço no ambiente Moodle da UPE (NEAD/UPE) e, assim, conseguimos organizar alguns fóruns temáticos de discussão e de construção de Narrativas sobre o trilhar de alguns integrantes no projeto.

O cerne das ações pautou-se na organização colaborativa de um conjunto de Sequências Didáticas (SD) que versaram sobre conteúdos de Matemática do Ensino Médio, utilizando o software Geogebra. Posteriormente à construção e validação das SD, realizamos algumas aplicações em algumas escolas, mediadas pelo acompanhamento e pela supervisão dos professores dessas escolas (participantes do projeto).

Figura 4: Vivência da aplicação de uma SD em uma escola estadual de Petrolina.



Fonte: Acervo fotográfico do ECEM (2017).

Após as aplicações, como exemplificado na nesta Figura 4, desenvolvíamos outros encontros presenciais e a abertura de fóruns no ambiente online para avaliarmos as ações. Salientamos que nesse ano, atendemos inicialmente cerca de 10 escolas estaduais, contudo somente três escolas acompanharam todas as ações até o final desse ano. Desse quantitativo, cerca de seis professores participaram

diretamente de todas as etapas, desde a construção das SD, a implementação nas salas de aula e a posterior reflexão dos sucessos e insucessos.

Lembramos que, além de nos dirigirmos a algumas dessas escolas para acompanharmos as vivências de aulas, também conseguimos que alguns professores trouxessem seus alunos para o Laboratório de Informática da UPE. Tal iniciativa facilitou sobremaneira a consecução dos objetivos do projeto, qual seja, também permitir a melhorias das aprendizagens matemáticas dos estudantes da Educação Básica, por meio da melhoria das práticas matemáticas dos seus professores.

O ECEM em 2018: intervindo mais diretamente na realidade das escolas

No ano de 2018, o projeto ampliou ainda mais suas linhas de atuação na comunidade. Agora, além de atendermos à demanda de professores de Matemática em serviço e estudantes da Licenciatura em Matemática da UPE/Campus Petrolina, buscando respaldo na literatura vigente, também passamos a olhar mais atentamente para os Pedagogos e estudantes de Pedagogia, já que estes também lidam com o fazer pedagógico de Matemática nos anos iniciais de escolarização. Desse modo, necessitamos estabelecer uma parceria direta com a Secretária de Educação Municipal de Petrolina e, assim, passamos a atender diretamente três escolas e um total de sete professores. Desse quantitativo, três deles foram professores do 4º e/ou 5º ano do Ensino Fundamental e quatro deles, professores que atuavam do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Continuamos tomando como cerne do processo formativo o uso das Tecnologias Digitais nas práticas de ensinar e aprender Matemática. Contudo,

passamos a atender ainda mais aos anseios dos professores, no sentido de contemplar ações que atendessem às suas necessidades, seja quanto às dificuldades didáticas de abordagem de conteúdos matemáticos e, articuladamente, pelas dificuldades apresentadas pelos estudantes, segundo a fala dos professores.

Dessa forma, definimos um conjunto de metas, mediante os resultados de um instrumento diagnóstico aplicado em turmas do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Esses resultados balizaram a construção e vivência de uma série de intervenções didáticas, as quais foram construídas e colocadas em prática, colaborativamente.

Figura 5: Encontro presencial para as análises quali-quantitativas de um instrumento diagnóstico.



Fonte: Acervo fotográfico do ECEM (2018).

Após as aplicações, reavaliamos as potencialidades e fragilidades constatadas no processo. O ponto alto das ações neste ano, estiveram relacionadas, principalmente ao fato de adentrarmos às salas de aula e constatarmos de perto a realidade do ensino-aprendizagem de Matemática, das dificuldades conceituais dos estudantes e das limitações na formação e no desenvolvimento profissional dos professores. Foram tais constatações que

nos permitiam sempre estar reavaliando nossos percursos dentro do grupo.

4. DISCUSSÃO

Os resultados alcançados com o projeto reverberaram positivamente em novos modos de pensar e agir no fazer pedagógico de Matemática na escola básica. Partindo da premente necessidade de se estabelecerem parcerias colaborativas entre Universidade-Escola, as ações do projeto permitiram redimensionar as práticas de professores que ensinam Matemática, conseqüentemente, garantindo melhores resultados nas aprendizagens matemáticas por parte de seus alunos.

Como já mencionamos em seções anteriores, os princípios do projeto sempre estiveram atrelados a pressupostos teórico-metodológicos que asseveram as necessidades de mudanças nas práticas de professores que ensinam Matemática, partindo da valorização dos seus percursos de desenvolvimento profissional. Por conta disso, desde os primeiros passos do ECEM em 2016, temos conseguido revelar marcas de aprendizagens docentes, demonstradas nas falas e nos escritos dos professores.

Em 2016, mesmo timidamente, conseguimos, no âmbito de uma única escola estadual em Petrolina, ressignificar diversas concepções e ações referentes ao ensinar e aprender Matemática. Nesse caso, a utilização da metodologia *Lesson Study* nos permitiu, de fato, compreender a real importância de planejar colaborativamente e decidir as melhores ações didáticas, partindo da gestão curricular em Matemática.

Nessa ocasião, ficou clara a importância de utilizar os espaços-tempos de planejamento pedagógico instituído

pela rede estadual, para pensar, problematizar e agir em torno de propósitos coletivos. Pensar na arquitetura pedagógica de uma aula de Matemática tornou-se algo mais simples e passível de execução. Essa constatação foi pontuada na resposta de um dos professores, a um questionário aplicado no final do ano de 2016. Na pergunta, “Como você avalia as contribuições do ECEM para suas próximas atuações na prática de ensino de Matemática na escola?”, o professor D respondeu que: *“Contribuiu no sentido de refletir sobre como seria o andamento de minha aula”* (Resposta do professor D ao questionário aplicado em 2016).

A resposta desse professor deixa claro que, muito provavelmente, até antes da sua participação no ECEM, ele e outros professores de Matemática da escola não “refletiam” consistentemente sobre a organização didática das aulas que eram executadas. Esse reconhecimento do professor D é reforçado na resposta dada a outra pergunta “A partir da sua participação no ECEM, você considera importante a participação do professor de Matemática em um grupo com dimensões colaborativas?”. O professor respondeu que *“Sim”*, justificando que a sua participação no projeto o oportunizou a trocar experiências entre seus pares e, além disso, a ajudar a pensar em instrumentos pedagógicos (recursos) necessários às suas práticas, na sistematização do planejamento e na análise das aulas (neste caso, na perspectiva da *Lesson Study*). Abaixo têm-se a resposta na íntegra.

Porque tivemos a oportunidade de trocar experiências, aprendendo outros instrumentos pedagógicos, Sequências Didáticas, a sistematização do planejamento, as análises das aulas e reflexões sobre

a nossa didática em sala de aula (Resposta do professor D ao questionário aplicado em 2016)

As duas respostas dadas por esse professor deixam claro que houve aprendizagem docente, fato que já é comprovado pela literatura especializada. Um dado importante é que, nesse ano, alguns professores revelaram que o ECEM foi uma das poucas experiências formativas (no contexto da Formação Matemática) de que participaram e que, de fato, a Universidade esteve presente na escola, no sentido de problematizar e refletir conjuntamente a realidade dessa escola.

No ano de 2017, o projeto deu continuidade às suas ações, tendo mais uma vez verificado diversas trajetórias de aprendizagens docentes. Em alguns dos fóruns temáticos realizados, alguns professores se colocaram, reforçando a obtenção de novos conhecimentos docentes, principalmente aqueles referentes às abordagens didáticas dos conteúdos, de tal modo que atendessem à realidade dos estudantes.

Este segundo encontro mostrou que de fato, fizemos parte do processo ensino-aprendizagem. Posso dizer que assim como aconteceu no primeiro, este também para mim acarretou em obtenção de novos conhecimentos. Estes momentos são tão importantes que aprimoram os saberes já adquiridos, sendo que simultaneamente possibilita que sejam feitas outras abordagens de um conteúdo, porém de uma maneira mais próxima a realidade dos discentes. Enfim, nesse sentido, conclui-se que essa interação tem uma contribuição positiva para todos os envolvidos e, principalmente no que tange a formação dos educadores (Narrativa do professor

V postada no Fórum Temático realizado em 10 Nov 2017).

Observa-se ainda, nesse excerto, que o professor deixa claro que as interações entre os participantes do projeto têm um fator decisivo no processo formativo de todos. Também incluímos os estudantes do curso de Licenciatura em Matemática, os quais já reconhecem os contributos da participação do grupo para os seus processos formativos. A propósito, esses sujeitos têm grande importância no âmbito do projeto, contribuindo sobremaneira para o sucesso de muitas atividades.

Como já mencionamos, no ano de 2018 as ações estiveram mais profundamente atreladas ao chão da escola. Nesse ano, conseguimos vivenciar diversas experiências, as quais foram subsidiadas pelos resultados de um questionário diagnóstico construído por todos os integrantes. A linha de frente era conseguir estruturar intervenções didáticas calcadas nos resultados qualiquantitativos do diagnóstico, sem perder de vista, alguns estudos teóricos que melhor nos permitissem enxergar a realidade posta.

Ficou evidente, sobretudo, a necessidade de (re)pensar o fazer pedagógico de matemática nas escolas e que essas reflexões devem ser também desenvolvidas pelos professores que ensinam Matemática nos anos iniciais de escolarização. O estudo de Cunha e Costa⁹, o qual balizou nossas ações, deixa claro que o pedagogo apresenta aversão e medo em relação aos conteúdos e disciplinas Matemáticas e que, por conta disso, tendem a demonstrar dificuldades conceituais e metodológicas em relação aos conteúdos matemáticos nas suas práticas.

Por conta disso, atendemos de perto aos três Pedagogos participantes do projeto nesse ano, verificando que eles

possuíam algumas dificuldades, sobretudo àquelas referentes ao tratamento didático-pedagógico dos conteúdos matemáticos. Parecia faltarlhes uma base de conhecimentos especializados referentes a tais conteúdos.

Com efeito, arquitetamos dinâmicas intervencionistas que, além de atenderem à demanda das aprendizagens matemáticas dos estudantes, também permitiram contribuir com o processo de desenvolvimento profissional docente desses profissionais. Sem dúvidas, os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos sobre grupos colaborativos nos guiaram em algumas atitudes tomadas dentro do ECEM, principalmente por sempre darmos espaços a opiniões, dúvidas, contribuições e sem jamais hierarquizar a importância de cada um.

Aplicamos um questionário ao final desse ano e constatamos diversas aprendizagens docentes. Nesse instrumento, contemplamos perguntas de dimensões mais gerais (sobre as percepções dos professores quanto às suas presenças no grupo e o quanto isso permitiu ressignificar suas práticas) e de maneira geral, os processos de desenvolvimento profissional. Outras perguntas foram específicas para avaliarmos os impactos do uso das Tecnologias Digitais em algumas intervenções realizadas.

Na pergunta, “De que forma as ações do projeto ECEM ajudaram a melhorar seu desenvolvimento profissional docente?”, o professor J refletiu que, o ECEM contribuiu nesse processo, no que tange ao suporte dado na utilização de metodologias alternativas para a melhoria da sua prática.

As ações trouxeram metodologias alternativas para melhorar a nossa prática docente, trocando sempre

experiências entre professores da universidade, professores da Educação Básica e estudantes da graduação. Essa troca fez com que o professor reflita a sua prática e queira buscar melhorar a sua didática (Resposta do professor J ao questionário aplicado em 2018).

Além disso, percebemos, na resposta do professor J, que as experiências vivenciadas no grupo permitem o compartilhamento de conhecimentos, de modo que, contribuiu com os processos de reflexão sobre as suas práticas, em prol da (re)constituição das organizações didáticas implementadas pelos professores. Outros pontos positivos foram apontados por esse mesmo professor, quais sejam:

Participação dos professores nas aplicações das tarefas; Envolvimento e dedicação dos estudantes durante a elaboração e aplicação das tarefas; Adaptação das atividades para as escolas que não possuem recursos tecnológicos; Troca de experiências; Identificar as dificuldades dos estudantes e buscar saná-las (Resposta do professor J ao questionário aplicado em 2018).

Salientamos que tal professor já possuía a Graduação em Matemática e, na ocasião, lecionava em turmas do 7º ano do Ensino Fundamental.

Ao ser perguntado sobre “Como avalia o uso das Tecnologias no ensino de Matemática e se sente seguro para lidar com essa fermenta de ensino?”, o professor J responde que:

A utilização das Tecnologias para o ensinar Matemática é um excelente recurso, pois estimula o estudante a querer aprender [...]. Acredito que eu seja capaz de utilizar tal ferramenta, sabendo que, caso não saiba manipular algo, deve-se aprender

antes de levar para a sala de aula (Resposta do professor J ao questionário aplicado em 2018).

À luz dessa resposta, refletimos que esse professor conseguiu redimensionar o uso e a importância das Tecnologias no Ensino da Matemática, levando em consideração que, no início das ações que dependiam do manejo tecnológico, a maioria dos professores relataram ter dificuldades, certo despreparo e receio em usar alguns recursos, como Applets, Softwares matemáticos.

As respostas apresentadas pelas professoras que lecionavam no 4º e/ou 5º ano também reforçam a importância do projeto para os seus processos de desenvolvimento profissional, como é explicitado pela professora R, que, na ocasião, lecionava em uma turma do 5º ano.

O projeto ECEM veio em melhor hora para meu desenvolvimento profissional, amadurecimento pela Matemática, o fato que não sabia o fundamento na graduação (Pedagogia). Deveríamos ter mais tempo porque aplicamos em sala para alunos até o 5º ano, a base sempre precisa ser fortalecida. Eu aprendi muito e posso dizer que estou amando a Matemática e consigo repassar o que aprendo com vocês (Resposta da Professora R ao questionário aplicado em 2018).

As reflexões dessa professora, corroboram com uma gama estudos em que comprovamos as “fragilidades” na formação matemática do pedagógico. Além disso, suas palavras deixam claro o papel desempenhando pelo ECEM, no sentido de mostrar-lhes outras facetas do conhecimento matemático e as questões didáticas, fazendo com que coloquem em prática (reflexivamente) tudo aquilo que é proposto no coletivo do grupo.

Uma outra professora também respondeu que as experiências compartilhadas durante os encontros foram importantes para o seu crescimento, fazendo-a repensar sobre as metodologias que adotam e as possibilidades de caminhos para trabalhar a Matemática de uma forma diferente. Notadamente, essa professora ainda relatou que o ECEM lhe oportunizou trabalhar com Tecnologias, tendo em vista que, nem sempre, a escola promove situações para se trabalhar com recursos tecnológicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desses três anos de atuação, o projeto ECEM tem se revelado como uma estratégia que permite estabelecer interlocuções profícuas entre Universidade-Escola, notadamente, visando melhorar os cenários das ações de formação inicial e continuada em Matemática no Vale do São Francisco. Sem sombra de dúvida, temos conseguido perscrutar práticas colaborativas, reflexivas e investigativas que permitem (re)construir outros modos de ensinar e aprender matemática em escolas públicas de Petrolina.

Temos confrontado nossos resultados com o que tem apregoado a literatura especializada sobre a constituição de grupos colaborativos como um caminho promissor para a conquista dessas práticas. Com efeito, alguns dos resultados que foram trazidos aqui são denunciativos de que temos conseguido promover mudanças de concepções sobre a Matemática e seu ensino, suscitando mudanças na forma de pensar sobre a organização de práticas matemáticas que primem por uma formação e aprendizagem matemática de melhor qualidade.

A cada experiência nova, temos enxergado o alcance dos objetivos pretendidos com o projeto. Ressaltamos aqui que, a partir da colaboração, os professores passaram a lidar com o planejamento e a gestão do currículo de Matemática de outros modos. Entenderam que é necessário refletir sobre o seu fazer pedagógico e investir no seu desenvolvimento profissional. Esse investimento perpassa, sobretudo, pelo manejo adequado de recursos, principalmente os recursos tecnológicos, pela inovação e criatividade. No contexto da formação de professores que ensinam Matemática, esse investimento torna-se ainda mais premente, dado que diversos estudos têm apontado as fragilidades na formação desses professores e que isso se reverbera nos desempenhos e nível de proficiência de crianças, jovens e adultos em todo o país.

De maneira geral, esperamos que as ações do ECEM possam se perpetuar e dar conta do desafio de mudar as práticas escolares e formar professores que ensinam Matemática ainda mais competentes para enfrentar a realidade complexa e multifacetada da escola atual. Acreditamos no potencial extensionista do projeto, no sentido de torná-lo uma grande comunidade de aprendizagem *fronteira*³, já que se situa em um espaço de fronteira entre escolas e a Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina, constituindo-se em um profícuo espaço de estudo e investigação em Educação Matemática, promovido pelo curso de Licenciatura em Matemática desse campus.

REFERÊNCIAS

1. FIORENTINI, D. Pesquisar práticas colaborativas ou pesquisar colaborativamente? *In*: BORBA, M, C;

- ARAÚJO, J. L. (org.). **Pesquisa qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
2. FIORENTINI, D. Educação Matemática: diálogos entre Universidade e Escola. *In*: ENCONTRO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 10., Ijuí, 2009. **Palestra**. Rio Grande do Sul: UNIJUI, 2009.
3. FIORENTINI, D.; CARVALHO, D. L. O GdS como lócus de experiências de formação e aprendizagem docente. *In*: FIORENTINI, D.; FERNANDES, F. L. P.; CARVALHO, D. L. **Narrativas de Práticas e de Aprendizagem docente em Matemática** (org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.
4. FOERSTE, E. **Parceria na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2005.
5. FREITAS, M. T. M.; NACARATO, A. M.; PASSOS, C. L.; FIORENTINI, D.; FREITAS, F. F.; ROCHA, L. P.; MISKULIN, R. G. O desafio de ser professor de matemática hoje no Brasil. *In*: FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M. (org.) **Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática**. São Paulo, Musa, 2005. p. 89-105.
6. ROCHA, L.P. **(Re)constituição dos saberes de professores de matemática nos primeiros anos de docência**. 2005. 164p. Dissertação (Mestrado Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2005.
7. FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
8. QUARESMA, M.; PONTE, J. P.; BAPTISTA, M.; MATA-PEREIRA, J. O estudo de aula como processo de desenvolvimento profissional. *In*: PONTE, J. P (org.). **Práticas profissionais dos professores de Matemática**. Lisboa: IE-ULisboa, 2014. Disponível em:

<<http://www.ie.ulisboa.pt>> Acesso em: 12 mar. 2019.

9. CUNHA, D. R.; COSTA, S. S. C. **O Curso de Pedagogia e a Formação Matemática para a Docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www2.rc.unesp.br/eventos/matematica/ebapem2008/upload/297-1-A-gt1_cunha_ta.pdf> Acesso em: 03 mar. 2018.

Agradecimentos

Agradecemos às escolas, aos professores e futuros professores envolvidos, pela confiança e empenho nas ações. À Gerência Regional de Educação e à Secretária de Educação de Petrolina. Agradecemos em especial à UPE pelo apoio financeiro concedido ao projeto nos anos de 2016 e 2017.

Artigo Original

Educação sexual para estudantes do ensino médio no interior de Pernambuco

George Alessandro Maranhão Conrado¹, orcid.org/0000-0001-6649-577X

Iara Geisa Lima Ferreira², orcid.org/0000-0002-0730-3990

Lílian Karine Machado de Souza², orcid.org/0000-0002-3809-7667

Kauanne Araújo Barbosa Ribeiro², orcid.org/0000-0001-6805-0301

Ailton José de Souza Junior², orcid.org/0000-0002-5134-5987

Maria Luiza Ferreira da Silva², orcid.org/0000-0003-0425-7391

Marcela Silvestre Outtes Wanderley³, orcid.org/0000-0002-4236-5820

¹⁻²Universidade de Pernambuco, Serra Talhada, Pernambuco, Brasil.

³Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail do autor principal: george.maranhao@upe.br

RESUMO

A adolescência é o período em que a maioria dos jovens inicia a vida sexual, necessitando do aporte educacional para evitar problemas sexuais e reprodutivos. Verifica-se então, a importância dos estudantes universitários como promotores de estratégias dessa educação em saúde. Objetivou-se promover educação em saúde sexual para adolescentes de escolas públicas da cidade de Serra Talhada/PE, realizando-se projeto de extensão no período de abril a dezembro/2017. Os alunos foram convidados a participar de ações englobando temas sobre sexualidade, que foram realizadas através de oficinas com metodologias ativas e tradicionais. Para análise do conhecimento dos estudantes, foram aplicados questionários antes e após as ações. Executaram-se 6 palestras em cada uma das seis turmas, com participação de 220 estudantes e aplicação de 623 questionários de pré e pós-teste. Os alunos tinham entre 14 e 20 anos, 51,2% eram mulheres e 82,5% da zona urbana. Verificou-se aumento dos acertos no pós-teste em relação ao pré-teste: 21,8% acertaram entre 6 e 10 questões no pré-teste e 72,1% no pós-teste. As intervenções beneficiaram ampla população de adolescentes e que é necessário que a universidade extrapole os seus muros e se aproxime da comunidade cada vez mais.

Palavras-chave: Sexualidade; Adolescência; Educação Sexual; Acadêmicos de Medicina; Estudantes do Ensino Médio.

ABSTRACT

Adolescence is when most young people start their sexual life, and they need educational support to avoid sexual and reproductive problems. Thus, it is important that university students should be promoters of strategies of this form of health education. This study sought to promote education on sexual health among adolescents from state schools in the town of Serra Talhada/PE, for which an extra-mural project was undertaken from April to December/2017. Students were invited to participate in sessions that covered topics on sexuality, for which workshops were conducted with active and traditional methodologies. In order to analyze students' knowledge, questionnaires were applied before and after the workshops. Six talks were given in each of the six classes in which a total of 220 students took part and 623 pre- and post-test questionnaires were applied. The students were between 14 and 20 years old, 51.2% were women and 82.5% were from the urban area. There was an increase in right answers to the post-test questionnaire: 21.8% answered between 6 and 10 questions correctly in the pre-test and this rose to 72.1% in the post-test. The interventions benefited a large number of adolescents. They also show that the university needs to go beyond its walls and to get closer to the local community.

Keywords: Sexuality; Adolescence; Sexual Education; Medical Students; High School Students

1. INTRODUÇÃO

A adolescência é um fenômeno de passagem caracterizado por um conjunto de transformações biopsicossociais. É, também, o período em que a maioria dos jovens inicia sua vida sexual¹⁻². A sexualidade se insere como a redescoberta de um aspecto intrínseco à natureza humana, ultrapassando as funções reprodutivas, e se estabelecendo como fator socializador do adolescente¹.

Nesse contexto, a Educação Sexual é a mais importante forma de prevenção de problemas ligados à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, devendo ser exercida não como domesticação dos indivíduos, mas como uma oportunidade de autorreflexão, a partir do qual há a transmissão de informações e o desenvolvimento de atitudes e competências relacionadas à sexualidade humana². Assim, para que um jovem se torne agente da própria saúde, é necessário que conheça o seu corpo e formas de obter prazer, conheça os riscos de determinados comportamentos e possa elaborar, para sua vida, projetos que visem lidar com a sexualidade de forma ética e responsável³.

Embora os estudantes universitários constituam uma pequena parcela de nossa população jovem, é importante ressaltar seu papel como formadores de opinião, o que os define como um grupo-chave na formulação de estratégias de educação e prevenção em saúde⁴. Os acadêmicos de Medicina são de especial interesse, não só pelo conhecimento específico a que normalmente estão expostos, mas também porque irão lidar diretamente com a prevenção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e demais infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), com a eventual assistência às

pessoas acometidas por estas afecções em sua prática profissional⁵.

Diante disso, objetivou-se promover a educação sexual de adolescentes matriculados no ensino médio de escolas do município de Serra Talhada, Pernambuco, através de metodologias tradicionais e oficinas de aprendizagem realizadas por acadêmicos de medicina, contribuindo para que alunos do ensino médio adquiram conhecimentos em sexualidade a partir da construção coletiva e para que os estudantes de medicina adquiram mais conhecimentos sobre o tema e o aperfeiçoem suas competências acerca de trabalho em equipe, estratégias de comunicação, metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O projeto foi realizado durante o período de abril a dezembro de 2017, no município de Serra Talhada - PE, no Colégio Manoel Pereira Lins (CMPL), e na Escola de Referência em Ensino Médio Cornélio Soares (ECS), pertencendo ambas as escolas à rede pública de educação, funcionando esta última em regime de ensino semi-integral e a primeira no modelo de ensino regular.

Os alunos foram convidados a participar de diversas ações que contemplaram os mais variados assuntos que regem as questões biopsicossociais do desenvolvimento sexual. Como tratava-se de um componente extracurricular e a maioria dos alunos ainda não havia atingido a maioridade, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) foi disponibilizado antes do início das atividades para os alunos que quisessem participar e o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE) foi enviado para que os pais ou responsáveis pudessem ter conhecimento e autorizar a participação do estudante no projeto.

Foram realizadas seis palestras em cada turma e foram contempladas seis turmas do primeiro ano do ensino médio, sendo três de cada escola participante. O projeto contou com a participação de 220 estudantes no ano de 2017.

Uma parte das ações foi realizada através de aulas tradicionais expositivas sobre os temas escolhidos. Também foram realizadas oficinas que visaram estimular que o discente de ensino médio se perceba como ferramenta capaz de construir o seu próprio conhecimento, por meio de atividades expositivas e interativas, com utilização de dinâmicas de grupo e com produção ativa de conhecimento. Essas atividades foram planejadas e colocadas em prática quinzenalmente com o mesmo grupo de estudantes do ensino médio, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde.

Para adequar as atividades às necessidades dos estudantes, foi realizada a análise do conhecimento dos estudantes de ensino médio. Para isso, foram aplicados questionários antes e após da realização das ações. Esses instrumentos foram construídos mediante adaptação do *Global School-based Student Health Survey* (GSHS), desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde em colaboração com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, com a assistência técnica do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, sendo adaptado para os determinados fins do presente estudo. A partir desse questionário adaptado, foram coletados dados com o objetivo de avaliar o estilo de vida e o conhecimento sobre a sexualidade.

3. RESULTADOS

O projeto em questão abordou, de forma continuada, um aspecto relevante no processo de promoção da saúde na população de Serra Talhada. Quando foram traçadas estratégias que visavam a priorização da informação a respeito da prevenção e da promoção da saúde, buscou-se colaborar para a redução de efeitos indesejados decorrentes de práticas irresponsáveis relacionadas à sexualidade entre adolescentes sem o conhecimento adequado. Dessa forma, a partir da atuação dos estudantes de Medicina no campo da sexualidade dos adolescentes, pode-se propor uma melhoria da qualidade de vida desses, além de reduzir gastos com o tratamento de enfermidades que poderiam ser evitadas.

O presente estudo beneficiou diretamente 220 (duzentos e vinte) jovens entre 14 e 19 anos que cursam o ensino médio em Serra Talhada, PE. Levando em consideração que o projeto contribuiu para a formação desses jovens como multiplicadores do conhecimento, admite-se que o número de beneficiários indiretos seja superior. É importante salientar que ações semelhantes têm sido promovidas pelos alunos da Universidade de Pernambuco - *Campus* Serra Talhada desde o ano de 2014, contemplando um amplo número de adolescentes, notando-se que os mesmos difundem esses conhecimentos em suas comunidades desde então.

Aspectos sociodemográficos dos participantes do projeto são expostos na tabela 1. Pode-se perceber que houve predominância de adolescentes do sexo feminino (60,0%), residentes na zona

urbana (78,2%) e que não exerciam atividades laborais (93,6%).

Tabela 1: Características sociodemográficas dos participantes.

Variável	n	%
Sexo		
Feminino	132	60,0
Masculino	88	40,0
Trabalho		
Não	206	93,6
Sim	14	6,4
Zona		
Urbana	172	78,2
Rural	48	21,8

Fonte: Pesquisa direta. 2018

A principal dificuldade encontrada para a execução desse projeto foi compatibilizar os horários entre a escola e os estudantes de medicina, visto que a escola possui cronograma próprio e uma série de outras atividades extracurriculares que não poderiam ser interrompidas para a realização das ações. Porém, através do diálogo com as gestoras de ambas as escolas, foram encontrados horários comuns entre as escolas e os discentes de Medicina, favorecendo a realização de todas as atividades sem prejuízo.

Nesse âmbito, foi fator determinante para o sucesso do projeto, o envolvimento dos professores das escolas, já que muitos cederam os horários de suas aulas para que as oficinas fossem ministradas e alguns participaram do processo juntamente com os alunos. Além disso, muitos docentes reforçaram a importância do debate sobre sexualidade com os adolescentes durante o desenvolvimento das ações.

Em relação aos pais, não houve nenhuma resistência acerca da participação dos estudantes no projeto,

visto que todos os alunos apresentaram o TCLE devidamente assinado. Desse modo, percebeu-se uma mudança de pensamento em relação a temas que ainda são vistos como tabus pela sociedade, sobretudo ao serem discutidos com adolescentes.

Além disso, no decorrer das atividades, verificou-se aumento no número de acertos dos alunos participantes, notando-se que, em média, 21,8% dos alunos acertaram entre 6 e 10 questões no pré-teste, subindo para 72,1% no pós-teste. Vale salientar que o pré e pós-teste eram compostos exatamente pelas mesmas questões, sendo o primeiro aplicado antes da oficina e o último imediatamente após. Ressalta-se, ainda, que uma parcela dos adolescentes entregou os testes em branco.

4. DISCUSSÃO

Os adolescentes ganharam com o aumento do conhecimento sobre anatomia e fisiologia genital, patologias frequentes, métodos contraceptivos, dentre outros. Isso reflete em uma redução dos índices de ISTs e de gravidez na adolescência, além de diminuir os riscos para a gestante. Os estudantes de medicina foram beneficiados com o aumento do senso interdisciplinar e pela maior integração entre alunos de diferentes períodos; entre os alunos e os professores e também com a comunidade na qual atuaram. Isso contribui para uma formação acadêmica mais completa e para a futura atuação profissional desses jovens de modo adequado, tornando-os médicos mais sensíveis com as causas da comunidade.

Cada turma participante do projeto teve atividades acerca de anatomia e

fisiologia do sistema genital feminino e masculino; ISTs; planejamento familiar; violência sexual, abortamento e gravidez na adolescência; sexualidade humana e, no final, houve uma oficina de revisão para consolidar a aprendizagem. Os temas e a forma de abordagem foram escolhidos conforme pesquisa na literatura e orientações do Ministério de Saúde^{2,6-7}. Considera-se que as oficinas são a melhor maneira de aprimorar as competências necessárias para transformar os adolescentes em protagonistas capazes de construir o seu próprio conhecimento sobre sexualidade e outros assuntos, observando-se grandes transformações no modo de pensar e agir. Durante as oficinas, estimula-se a reflexão sobre a vida, a saúde e o papel de cada um nas escolhas a serem realizadas⁶⁻⁷.

A primeira atividade sobre anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino e masculino apresentou para os escolares todos os elementos que compõe esses sistemas e as suas funções, de forma clara e sucinta, de modo a facilitar a compreensão⁷. Quando realizada a oficina, foram mostradas ilustrações dos aparelhos reprodutores e os discentes foram levados a discussão através do questionamento sobre o nome e função de cada estrutura^{1,7}. Inicialmente, percebeu-se que boa parte dos grupos respondeu de forma incorreta a maioria dos questionamentos, demonstrando que provavelmente não havia um conhecimento prévio sobre os componentes anatômicos.

A segunda atividade tratou das Infecções Sexualmente Transmissíveis, sendo debatidos a definição, os sintomas e as formas de transmissão da sífilis, gonorreia, HIV, Clamídia, Hepatite B e Papiloma Vírus Humano (HPV)⁸⁻¹⁰. Na apresentação expositiva dialogada, além

das informações citadas, foram mostradas imagens de cada uma das patologias, facilitando a posterior identificação dessas lesões ou secreções por parte dos alunos, caso fosse necessário^{7,8,11}. Notou-se espanto por grande parte dos discentes ao ver as imagens e perceber as consequências que tais patologias podem trazer para a vida dos indivíduos. Quando adotada a metodologia ativa, os alunos foram incentivados a discutir sobre cada IST e percebeu-se, como na outra oficina, que o conhecimento prévio não era sólido e que, inclusive, eles não conheciam algumas das ISTs abordadas.

O terceiro tema debatido foi planejamento familiar, sendo cada um dos métodos contraceptivos descrito detalhadamente em termos de mecanismo de ação, eficácia e aplicação⁶⁻⁷. Na aula expositiva, abriu-se espaço para tirar dúvidas dos estudantes a respeito dos métodos a medida em que se desenvolvia a apresentação. Já na metodologia ativa, exemplares dos métodos eram levados para a sala de aula e mostrados para os alunos na prática, detalhando também cada um deles. Foi perceptível que a maioria dos estudantes tinha conhecimento apenas a respeito dos anticoncepcionais orais e do preservativo masculino. Contudo, apresentavam dúvidas quanto a utilização de cada um. Além disso, na maioria das turmas não se tinha conhecimento da existência do preservativo feminino, dispositivo intra-uterino e dos anticoncepcionais injetáveis ou adesivos.

A atividade quatro teve como temática violência sexual, gravidez na adolescência e abortamento^{2,7,12}. Também foi ministrada utilizando as duas metodologias, sendo a aula tradicional realizada através de slides e a metodologia ativa através de vídeos

confeccionados pelos discentes de medicina que simulavam situações de cada assunto em questão. Nessa, era apresentado um vídeo por vez e, após cada um, abria-se espaço para ouvir a opinião dos estudantes a respeito da cena. Ao final de todos os vídeos, os acadêmicos ministrantes da oficina faziam uma síntese acerca do assunto. A percepção mais marcante foi sobre a sensibilização causada pelos vídeos nos estudantes, sendo notável o impacto dessa metodologia.

A quinta atividade abordou sexualidade e adolescência, buscando discutir crenças e atitudes dos jovens através de roda de conversa^{3,6,13}. Os escolares foram levados a refletir sobre o significado de sexualidade e gênero^{7,14}. Além disso, eles tiveram momentos para tirarem dúvidas quanto à sexualidade e outras questões que se sentissem à vontade para falar com os demais colegas e os estudantes de medicina. Ao final, percebeu-se que eles tiveram dificuldades sobre alguns termos discutidos.

A sexta e última ação junto aos estudantes do ensino médio tratou-se de uma revisão sobre todos os temas abordados ao longo do desenvolvimento do projeto⁷. Foi realizada em metodologia única, cerca de sessenta dias após a quinta, através de uma apresentação que continha perguntas dos assuntos e os alunos eram estimulados a discorrer sobre o que lembravam a respeito do que estava sendo questionado. Em seguida, os acadêmicos explicavam o que tinha sido perguntado e faziam as considerações finais sobre o assunto. Notou-se que os temas de maior facilidade de respostas, em geral, foram planejamento familiar e gravidez na adolescência. Além disso, percebeu-se que os alunos detinham maior segurança ao falar sobre os temas

em relação ao demonstrado nas oficinas anteriores.

A falta de conhecimento sobre temas relacionados à sexualidade por parte de adolescentes escolares foi percebida em estudos realizados^{8,14}. Romero et al., 2007, percebeu em seu estudo que 34,0% das jovens da zona rural e 33,0% da urbana conhecem métodos preventivos para ISTs e, respectivamente, 44,0% e 45,0% para gestação, o que demonstra que grande parte dos adolescentes secundaristas ainda possuem problemas com a saúde reprodutiva¹². Em trabalho realizado por Kumar et al., 2013, observou-se que apesar dos jovens canadenses possuírem bom conhecimento acerca das ISTs, quase 60,0% não possuíam conhecimento que o HPV também pode provocar câncer de pênis⁹. Ainda, demonstraram conhecimento inferior acerca de métodos contraceptivos. Cirino, Nichiata e Borges, 2010, revelaram que grande parte das adolescentes não possuía conhecimento adequado sobre o câncer de colo uterino e os meios de prevenção e diagnóstico, além de desconhecerem, em sua maioria, a relação entre HPV e contágio sexual¹⁰. Conforme a literatura, mesmo aquelas que já tinham realizado o exame Papanicolaou desconheciam o objetivo do mesmo quanto ao HPV^{10,11}. Todos esses temas citados foram abordados nos pré-testes e trabalhados nas oficinas no projeto aqui descrito e se percebeu essa falta de conhecimento dos alunos, algo que pode ser observado com o resultado do pré-teste apresentado.

Em um estudo realizado por Freitas e Dias, 2010, com jovens com média de idade de 15 anos no município de Porto Alegre – RS, foi observado que estes ainda possuem dificuldade em definir o que é sexualidade e, principalmente, em

diferenciá-la de relação sexual¹³. Além disso, no que diz respeito às questões do próprio ato sexual, os adolescentes demonstraram inúmeras dúvidas, principalmente em relação à idade correta de se iniciar a vida sexual, a idade em que a mulher pode ou não engravidar, questionamentos acerca do ciclo menstrual, da menarca e do início da fertilidade, sobre o uso do preservativo feminino, sobre as formas de transmissão de ISTs e sobre a gravidez na adolescência. Outro dado encontrado é que os adolescentes do estudo acharam mais embaraçoso se prepararem com contraceptivos em frente ao parceiro do que o próprio ato sexual. Isso demonstrou uma falta de informação e uma quantidade alarmante de questionamentos que, se fossem sanados, contribuiriam para uma melhor vida sexual desses. Vale ressaltar que grande parte dessas dúvidas também esteve presente no desenvolvimento do presente projeto de extensão, percebendo-se a semelhança entre os estudos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização do projeto, percebeu-se que as intervenções beneficiaram ampla população de adolescentes de forma direta e indireta, já que os jovens participantes das oficinas tornaram-se multiplicadores do conhecimento. Além disso, ao se analisar os dados colhidos, identificou-se que houve uma prevalência de alunos do sexo feminino e de zona urbana nas intervenções, viu-se também que o número de acertos aumentou após a aplicação das intervenções, reiterando a eficácia dessas metodologias de ensino e aprendizagem.

Desse modo, notou-se que a troca de saberes entre acadêmicos de medicina e os estudantes das escolas foi uma experiência valiosa, visto que, de acordo com os dados obtidos, o objetivo de contribuir no processo de educação sexual dos adolescentes foi atingido. Além disso, o trabalho proporcionou aos discentes de medicina a oportunidade de lidar diretamente com a comunidade e perceber-se como agentes promotores de modificação de uma realidade local, contribuindo assim para o desenvolvimento da responsabilidade social dos envolvidos.

Diante disso, é perceptível a necessidade de que a universidade extrapole os seus muros e se aproxime da comunidade cada vez mais através de projetos que sejam promotores de benefícios não somente para os acadêmicos envolvidos, mas também para a população local, através da difusão do conhecimento e do compartilhamento de saberes.

REFERÊNCIAS

1. SFAIR, S. C.; BITTAR, M.; LOPES, R. E. **Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 620-632, 2015.
2. SOARES, T. M. S.; LEITE, M. C. L.; MEINCKE, K. S. M.; RIBEIRO, J. P.; GOMES, G. C.; SILVA, P. A. **Educação sexual para adolescentes: Aliança entre escola e enfermagem/Saúde.** Revista Espaço para a Saúde, Londrina, v. 16, n. 3, p. 47-52, jul./set. 2015.
3. RIBEIRO, J.; PONTES, A. F.; SANTOS, M. L. R. **Concessão e implementação de um projeto de educação sexual na turma: legislação vs literatura.** Rev. Lusófona de Educação, Lisboa, v. 23, n. 23, 2013.

4. LIMA, M. C. P.; CERQUEIRA, A. T. A. R. **Crenças sobre sexualidade entre estudantes de Medicina: uma comparação entre gêneros.** Rev. bras. educ. med., Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 49–55, 2008.
5. ARAGÃO, J. C. S.; LOPES, C. S.; BASTOS, F. I. **Comportamento sexual de estudantes de um curso de medicina do Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v.35, n.3, p.334-340, 2011.
6. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares: metodologias.** Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Saúde e prevenção nas escolas, v. 3, Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2011.
7. PRIOTTO, E. P. **Dinâmicas de grupo para adolescentes.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. vozes. 2013.
8. GENZ, N.; MEINCKE, S. M. K.; CARRET, M. L. V.; CORRÊA, A. C. L.; ALVEZ, C. **Enfermedades de transmisión sexual: el conocimiento y comportamiento sexual de los adolescentes.** Texto Contexto Enferm, v. 26, n. 2, p. 1-12, 2017.
9. KUMAR, M. M.; LIM, R.; LANGFORD, C.; SEABROOK, J.A.; SPEECHLEY, K. N.; LYNCH, T. **Sexual knowledge of Canadian adolescents after completion of high school sexual education requirements.** Paediatr Child Health, v. 18, n. 3, p. 74-80, 2013.
10. CIRINO, F. M. S. B.; NICHIIATA, L. Y. I.; BORGES, A. L. V. **Conhecimento, atitude e práticas na prevenção do Câncer de Colo Uterino e HPV em adolescentes.** Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 126-134, mar., 2010.
11. BARUFFI, L. M. **Estudo Exploratório do Conhecimento das Adolescentes sobre o Papilomavírus Humano Relacionado ao Câncer de Colo do Útero.** Revista UNILUS Ensino e Pesquisa, v. 12, n. 27, p. 5-15, abr./jun., 2015
12. ROMERO, K.T.; MEDEIROS, E.H.G.R.; VITALLE, M.S.S.; WEHBA, J. **O conhecimento das adolescentes sobre questões relacionadas ao sexo.** Revista da Associação Médica Brasileira, v. 53 n. 1 p. 14-9, 2007.
13. FREITAS, K.R.; DIAS, S.M.Z. **Percepções de adolescentes sobre sua sexualidade.** Texto e Contexto Enfermagem, v. 19 n. 2 p. 351-7. Florianópolis, 2010.
14. LI, C.; CHENG, Z.; GAOSHAN, J.; LI, L.; HONG, P.; TANG, K. **The relationships of school-based sexuality education, sexual knowledge and sexual behaviors-a study of 18,000 Chinese college students.** Reproductive Health, Beijing, v. 14, n. 103, p. 1-9, 2017.

Agradecimentos

Aos gestores, professores e alunos das escolas que participaram desse propósito e nos ajudaram a planejar e executar o nosso projeto e aos amigos que fizeram parte desse Projeto de Educação Sexual para Estudantes do Ensino Médio, Breno Ferraz, Milla Dantas, Daniela Viana, Ruamma Almeida, Eduardo Sales, Jéssika Cristina, Rubiane Pininga, Luiz Fernando, Monique Fidelis e Aldo Izidório. Todos foram muito importantes para a execução desse trabalho junto às escolas.

Relato de Experiência

O Teatro do oprimido como instrumento de intervenção da psicologia social

Carla Silva Luna¹ orcid.org/0000-0002-5504-7987

José Anilson Xavier Filho² orcid.org/0000-0002-0134-7124

Andreza Priscylla Vieira Gomes Pena³ orcid.org/0000-0003-2583-3589

¹⁻³Centro Universitário UNIFAVIP I Wyden. Caruaru, Pernambuco, Brasil

E-mail: krlinha.luna@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo vem discutir como as estratégias do teatro do oprimido podem ajudar no processo de ensino-aprendizado dos alunos do curso de psicologia do Centro Universitário UNIFAVIP I Wyden, fazendo análise com a Educação do Oprimido, como é realizada esta união entre teatro e educação. Utilizando esta junção para abordagem a temas polêmicos com a violência enfrentados pela mulher dentro da sociedade brasileira. Utilizando a prática do teatro como instrumento de intervenção de psicologia social, fazendo uso das técnicas da psicologia educativa e promovendo aos alunos do curso de extensão recursos e condições para o acompanhamento e realização de intervenções junto aos grupos que estejam sendo monitorados e tratados dentro da temática de violência. O grupo também aborda outras temáticas como bullying, depressão, violência infantil, medos e fobias, porém o artigo irá apresentar relatos em específico sobre violência feminina e como através das apresentações, os casos são tratados com maior empatia e cuidado.

Palavras-chave: Teatro; oprimido; transformação; educação; violência.

ABSTRACT

The present article discusses how the strategies of the theater of the oppressed can help in the teaching-learning process, along with psychology students of UNIFAVIP I Wyden University Center. It also analyses the Education of the Oppressed, as a bridge between theater and education. It is using this junction to approach controversial issues like the violence faced by women within Brazilian society - adding to that the importance of the practice of theater as an instrument of intervention in social psychology. Exercising techniques of educational psychology and promoting the students of the extension course resources and conditions for the monitoring and implementation of interventions for groups that are being monitored and treated within violence. The group also deals with other topics, such as bullying, depression, child violence, fears, and phobias, but the article will present specific reports on female violence, as, through the presentations, are the cases treated with greater empathy and care.

Keywords: Theater; oppressed; transformation; education; violence.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é promover uma análise dos efeitos educativos e sociais, que são gerados pela utilização das técnicas do Teatro e da Educação do Oprimido, através da análise da

metodologia do Teatro do Oprimido de Augusto Boal e teorias que fundamentam a educação de combate a violência feminina, com dados obtidos através de pesquisas documentais e bibliográficas e observação e entrevista nas atividades acadêmicas desenvolvidas pelo grupo de

alunos e professores do curso de extensão de psicologia do Centro Universitário UNIFAVIP I Wyden e quais reações e percepções dos envolvidos no projeto.

Utilizando para a investigação a metodologia descritiva qualitativa, com base num estudo fenomenológico, uma vez que os sujeitos da investigação são observados, relatando as suas experiências em entrevistas, sendo assim, elaborado um instrumento para o roteiro e realização das entrevistas e para avaliação do processo de intervenção do grupo com a apresentação do Teatro do Oprimido. Observação e análise das apresentações, onde acontecem, público que participa das intervenções e a lição que os alunos do projeto desenvolvem através da técnica.

Selecionamos para a nossa investigação as variáveis: o professor que implementou o projeto no Centro Universitário e um aluno participante do projeto de extensão, que utiliza a técnica em alguns grupos de intervenções com temáticas de abordagem complexas e que precisam expressar de forma real as dores, limitações, trazendo o espectador a realidade do que está sendo tratado.

O processo de análise tem envolvido a articulação entre os objetivos do trabalho, as informações e observações e o referencial teórico pesquisado. As referências pesquisadas das ações relatam experiências relacionadas com intervenções sociais, em um espaço onde exista situações de desconforto social e opressão, sendo relatado através de um dos casos com maior ênfase a opressão feminina.

A violência contra a mulher, que ocorre no âmbito doméstico, conjugal ou familiar, é a mais frequente forma de violência de gênero. Este fenômeno é hoje

mundialmente reconhecido pelos organismos de Saúde e de Direitos Humanos como um problema social grave com sérias consequências para a saúde e qualidade de vida das mulheres. Esta violência pode ser encontrada numa forma de relação pessoal, política, social e cultural, pode ser resultante de interações sociais; ou ainda, pode ser um componente cultural naturalizado.

Assim, evidenciando o quanto é significativo trabalhar as técnicas do Teatro e da Educação do Oprimido para o desenvolvimento educacional destes alunos, a fim de causar empatia com temáticas como a violência feminina e como os jovens podem ajudar aos envolvidos a desenvolver empatia e respeito pelos expectadores-ouvintes do projeto.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O teatro do oprimido como instrumento de práticas pedagógicas

Segundo Boal¹, o teatro pode ser uma arma de libertação, de transformação social e educativa. O termo: Teatro do Oprimido refere-se explicitamente a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, o aspecto pedagógico desse teatro aparece em primeiro plano. O projeto destaca-se com força e impõe-se através de um processo análogo ao que deu luz à Pedagogia da Libertação de Paulo Freire.

A técnica teatral é empregada como um método de educação popular, que contribui para a compreensão do indivíduo e contextualização dos fatos sociais. Nem sempre os canais formais de participação social, são suficientes para detectar as demandas da população. No ambiente formal das reuniões, nem sempre as pessoas se sentem desinibidas para se manifestarem, o que prejudica a

discussão de temas importantes. Promover a participação popular exige a procura de novas linguagens que favoreçam ao diálogo entre governo e população, criando novos espaços onde a expressão criativa dos indivíduos seja estimulada. A participação popular é um componente fundamental para consolidação da democracia. Para que esta participação se torne efetiva, é necessário um trabalho educativo que ajude a população a entender os aspectos envolvidos nas relações de poder. Na vida cotidiana, observamos situações de opressão, discriminação e preconceitos não discutidos e, muitas vezes, não resolvidos.

O Teatro do Oprimido, através da prática de jogos, exercícios e técnicas teatrais, procura estimular a discussão e a *problematização* de questões do cotidiano, com o objetivo de fornecer uma maior reflexão das *relações de poder*, através da exploração de histórias entre *opressor e oprimido*. Tem sido utilizado como ferramenta de participação popular, como uma forma de discussão dos problemas públicos, constituindo também um instrumento de educação informal de participação popular, ao estabelecer temas para a discussão coletiva, envolvendo a população no debate das questões públicas, o Teatro do Oprimido, estimula também a criatividade e a capacidade de propor alternativas para as questões do cotidiano.

O teatro popular para Boal², é uma estratégia de educação não formal, que propicia o desenvolvimento, a criação artística e o acesso cultural para as comunidades. Não trata exclusivamente dos chamados temas políticos, nenhum tema é estranho ao teatro popular, porém alguns são prioritários, dando maior relevância aos temas políticos e sociais.

O Teatro do Oprimido, segundo Boal¹ “é uma forma de manifestação de teatro popular. O teatro do oprimido não é o teatro para o oprimido: é o teatro dele mesmo”. Não é o teatro no qual o artista interpreta um papel de alguém que ele não é: é o teatro no qual cada um, sendo quem é, representa seu próprio papel (isto é, organiza e reorganiza sua vida, analisa suas próprias ações) e tenta descobrir formas de liberação. O teatro do oprimido não é um teatro de classe, é um teatro das classes oprimidas e dos oprimidos, no interior dessas classes.

Atesta Boal¹ o oprimido e espectador são conceitos quase sinônimos ligados e intermediados pelo diálogo. Que as sociedades tendem a exercer uma relação de aparente diálogo, na verdade um monólogo, presente nas relações humanas. Os pressupostos conceituais do Teatro do Oprimido giram em torno de cultura, cidadania e opressão em uma sociedade dividida em classes sociais.

Para Boal é um movimento teatral e modelo de prática cênico-pedagógica que possui características de militância e destina-se à mobilização do público, vinculando-se ao teatro de resistência. Que o “oprimido” seria aquele indivíduo “despossuído do direito de falar, do direito de ter a sua personalidade, do direito de ser”³.

Os dois principais objetivos do Teatro do Oprimido definido por Boal são:

- Transformar o espectador, de um ser passivo e depositário, em protagonista da ação dramática;
- Nunca se contentar em refletir sobre o passado, mas se preparar para o futuro.

Boal atesta que a metodologia proporciona uma preparação do indivíduo para ações reais na sua existência cotidiana e social com vistas a uma

liberação. Basicamente, o “espectador” é incentivado a interromper a ficção observada, sempre que julgar “falsas, ou irreais, ou mistificadoras ou ineficientes ou idealistas” as soluções vistas em cena, situando-se este teatro, portanto, nos limites entre ficção e realidade, e o “espectador” entre pessoa e personagem. Nesse teatro, o indivíduo representa o seu próprio papel, analisa suas próprias ações, questiona e reorganiza a sua vida dentro de uma nova visão de mundo.

As técnicas desenvolvidas pelo Teatro do Oprimido são: Teatro Imagem, Teatro Jornal, Teatro Invisível, Teatro Legislativo e Teatro-Fórum.

O Teatro Imagem é um conjunto de técnicas que transformam questões, problemas e sentimentos em imagens concretas. Busca-se a compreensão dos fatos através da linguagem das imagens.

Já o Teatro Jornal é um conjunto de nove técnicas que dinamizam notícias de jornal, dando-lhes diferentes formas de interpretação.

O Teatro Invisível é uma técnica de representação de cenas cotidianas onde os espectadores são reais participantes do fato ocorrido, reagindo e opinando espontaneamente na discussão provocada pela encenação.

O Teatro Legislativo é uma experiência sociocultural que visa à produção de propostas de propostas: legislativas e /ou jurídicas, a partir da intervenção do público em espetáculos de Teatro Fórum. É a forma de implantar o conteúdo político do Teatro do Oprimido. A partir dos problemas cotidianos da população, é feito um levantamento de informações para a elaboração de leis. Os grupos populares montam peças de Teatro Fórum e as apresentam para diversos públicos. As intervenções realizadas pela plateia no Teatro Fórum são anotadas em

relatórios. As análises destes relatórios são a base para a formulação de novas leis.

Os “ensaios” são entendidos como reunião político-cultural, faz parte o diálogo intergrupos com outras comunidades e os festivais, para conhecerem a opressão dos demais e se solidarizarem: “devem conhecer e reconhecer e trocar ideias, informações e sugestões, informes, propostas, isto é, fazer política”³. A dinâmica envolve um animador-líder, o Curinga, em oficinas de duas horas ou de anos, a depender da necessidade e objetivos dos interessados.

No Teatro Fórum, como técnica teatral, é uma pergunta feita pelo elenco aos espectadores. É apresentado um problema objetivo, através de personagens opressores, que entram em conflito por causa de seus desejos e vontades contraditórias. Nesta luta por seu objetivo, o oprimido, necessariamente, fracassa e os espectadores devem ao representar suas alternativas para os problemas encenados, através da intervenção direta no espetáculo, substituindo o personagem oprimido.

No final da representação, Boal e sua equipe explicam que não estão de acordo com o que foi representado e se eles não apresentaram soluções melhores, é porque não as conhecem. A trupe, como é denominada a equipe, propõe-se a rerepresentar a peça. Porém, dessa vez, quando um espectador considerar que um dos personagens “age” favorecendo a opressão, pode gritar “Stop!” e substituí-lo. Em cena, os outros atores improvisarão com ele a solução proposta.

Nas comunidades, os tópicos usualmente abordados pelo Teatro do Oprimido são aqueles vividos no cotidiano: saúde e prevenção de doenças,

discriminação social, violência, uso indevido de drogas, trabalho, relação familiar, relações sociais de gênero, meio ambiente e educação. Propõe a mobilização da população para discussão do orçamento participativo, incentivando a presença nas ações governamentais e também na formulação de leis, fazendo com que a população apresente propostas de lei de forma criativa. Constitui-se em instrumento facilitador da discussão dos problemas sociais.

As técnicas do Teatro do Oprimido podem ser utilizadas por qualquer grupo, pois permite a troca de informações e experiências na medida em que os problemas vão surgindo no decorrer da encenação.

Violência de gênero: mulher o sexo “frágil”

Segundo Oliveira e Araújo⁴, a violência é uma realização determinada nas “relações de força”. “Força”, para a autora, implica na ausência de poder, baseada em relações de exploração econômica, dominação política, exclusão cultural, sujeição ideológica, coação física e psíquica. Analisam a violência sob dois aspectos: como a conversão de uma diferença ou assimetria em uma relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão, e como uma ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. A diferença entre força e violência é que a primeira deseja a morte ou supressão imediata do outro, ao passo que na segunda, o que se deseja é a sujeição consentida ou a supressão midiaticada pela vontade do outro, que consente em ser suprimido na sua diferença.

Para as autoras é importante diferenciar violência e poder. Estes dois termos são frequentemente usados

indiscriminadamente, talvez pelo fato de que, quando se fala em poder, fala-se do domínio que uma pessoa exerce sobre a outra. Na compreensão das autoras, poder é a capacidade coletiva para tomar decisões, sendo expressão de justiça, espaço de criação de direitos e garantia do justo pelas leis. Ele está ligado à possibilidade humana não apenas de agir, mas de agir em conjunto. O poder não é propriedade de um indivíduo – o poder costuma pertencer a um grupo e, para ser usado, este grupo deverá estar unido.

Para Oliveira e Araújo⁴, a violência advém do ódio e este aparece apenas onde existe razão (reagimos com ódio porque nosso senso de justiça é ofendido, mas não reagimos assim diante de uma doença incurável. Recorremos ao uso da violência porque é tentador, dado seu imediatismo, entretanto, isso não torna o ódio ou a violência situações irracionais.

Deste modo, o ódio e a violência seriam emoções “naturais” do ser humano e extirpá-los seria equivalente à castração ou desumanização, já que “a ausência de emoções nem causa nem promove a racionalidade”. A violência, assim, seria sempre de natureza instrumental, dependendo da orientação e justificação pelo fim que almeja. Ela jamais é legítima, ainda que possa ser justificável por quem a pratica. Diferente do poder, que depende de números (grupo), a violência depende dos implementos que amplificam o vigor humano.

Esta relação entre poder e violência também é teorizada por Foucault (apud Oliveira e Araújo⁴, para quem o poder não é da ordem do consentimento ou da violência - não é em si renúncia da liberdade; não é o poder de todos e de cada um delegado a alguns. Para Foucault, uma relação de poder se estabelece sobre dois elementos

indispensáveis: que “o outro” (aquele sobre o qual o poder se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito da ação, diferente, portanto, da relação de violência, que relega tudo à passividade, tentando destruir qualquer forma de resistência. Ainda assim, cabe salientar que o funcionamento das relações de poder não dispensa o uso da violência e a aquisição do consentimento. O poder só pode ser exercido sobre “sujeitos livres”, entendendo-os como sujeitos, individuais ou coletivos, que possuem diante de si um campo aberto de condutas. Deste modo, é necessário que haja liberdade para que o poder seja exercido. Na concepção de Foucault uma relação de poder é uma “ação sobre ações”, ou seja, o poder é uma maneira de estruturar o campo de ação possível dos outros, sendo este um de seus objetivos.

Oliveira e Araújo⁴ citam que a palavra “gênero” vem sendo usada pelas feministas há mais de duas décadas, como uma maneira de referir à organização social da relação entre os sexos e como forma de resistir ao determinismo biológico implícito, além de enfatizar o caráter social das diferenças baseadas no sexo: é uma maneira de aludir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres, sendo, desta forma, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

É a forma com que as características sexuais são representadas e valorizadas que vão dizer sobre o feminino e o masculino (e não as características sexuais *per si*). O gênero, então, é forjado no âmbito das relações sociais, e o que se deve observar é o modo como ele funciona nessas relações, o sentido que

ele dá à organização e à percepção do conhecimento histórico.

Além disso, o seu uso rejeita as explicações biológicas, como aquelas que tentam atribuir a subordinação das mulheres à reprodução e à “superioridade” dos homens à sua força muscular. Fala dos “sistemas de significação” como uma forma de compreender as maneiras como as sociedades representam o gênero, utilizando-os para articular regras de relações sociais ou mesmo para construir o sentido da experiência.

O que as teorias feministas propõem é a desconstrução dos dualismos atribuídos ao “sexo feminino” e ao “sexo masculino”, além de fazerem a leitura da naturalização de aspectos sociais antes fundidos com os aspectos biológicos nestas duas categorias, o que implica em dizer que “anatomia não é destino” e que o corpo feminino não determina a condição social da mulher. Para essas autoras, existem dispositivos específicos que contribuem para regulação social de gênero, como os dispositivos legais, institucionais, militares, educacionais, sociais, psicológicos e psiquiátricos.

O gênero é construído tenuamente através do tempo, por meio de uma repetição incorporada pelos gestos, movimentos e estilos. Qualquer verdade sobre o gênero resultaria, portanto, numa ficção reguladora. Podemos então pensar a violência como surgindo dentro desse constructo que interpreta o que é ser homem e o que é ser mulher, atribuindo-lhe papéis, expectativas e normas a serem seguidas.

Como um fenômeno complexo, articula relações de poder, dominação e submissão, geradas dentro desse sistema sexo/gênero. Assim, podemos afirmar, de acordo com Rubin⁴, que a opressão das

mulheres não é inevitável, mas indica um modo das relações sociais específicas que organiza sexo e gênero. A parcela feminina participaria ora mais, ora menos da capacidade de impor a sua vontade.

No exercício da função patriarcal, conforme Saffioti⁵, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização para punir o que se apresenta como desvio para eles, tendo, assim, o direito a exercer uma “função corretiva” sobre aqueles que estão sob seu domínio. Desta forma, estão permanentemente autorizados a realizar o projeto de dominação-exploração das mulheres, mesmo que utilizem, para isso, da força física. Apenas os excessos destes castigos físicos são codificados como tipos penais. Saffioti⁵ ilustra esse fato com os casos de lesão corporal dolosa (LCD) em que o autor está sujeito à punição somente se a violência deixar marcas no corpo da vítima. Se isso não ocorrer, há necessidade de prova testemunhal.

Geralmente a violência é praticada diante de parentes, especialmente filhos menores, o que dificulta a existência deste tipo de prova, pois as testemunhas são invalidadas pelo laço de parentesco. Por saberem disso, muitos homens procuram espancar as mulheres na cabeça, já que as marcas seriam disfarçadas pelos cabelos. As mulheres são, portanto, vítimas da organização social de gênero que as transformam em quase-propriedades dos homens⁶.

Para Bourdieu (apud Oliveira e Araújo 2010)⁴, a violência resulta da internalização das estruturas históricas de dominação masculina, presentes na sociedade e incorporadas às estruturas cognitivas e sociais de mulheres e homens. A experiência de apreensão do mundo social e de suas divisões

arbitrárias começa pela divisão entre os sexos, que, embora construídas socialmente, são vistas como naturais e evidentes, adquirindo, assim, legitimação e reconhecimento, fazendo parte da representação andocêntrica. Socializando em uma cultura machista, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher, e esta, por sua vez, é educada para se submeter aos desejos masculinos⁶.

De certa forma, Oliveira e Araújo⁴ justificam porque muitas mulheres não denunciam a agressão sofrida e, mesmo quando o fazem, voltam para os seus companheiros continuando a serem vitimadas. As justificativas para isso são várias: culpa, filhos, família, medo do agressor, dependência econômica e, também, porque as agressões podem ser uma forma de comunicação encontrada pelo casal, na qual “não existe propriamente acordo, entendimento ou negociação de decisões”.

3. RESULTADOS

Técnicas do teatro do oprimido como prática de intervenção psicopedagógica para os alunos do curso de extensão do UNIFAVIP/WYDEN

O projeto de extensão do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAVIP/Wyden foi implantado pelo Professor Marcos Pablo Martins Almeida, Psicólogo e Doutorando em Ciências Sociais, no ano de 2010, para os alunos do curso de graduação de Psicologia. O objetivo do projeto era trabalhar as diversidades e dificuldades encontradas na sociedade através das técnicas do Teatro do Oprimido, gerando empatia e mostrando que, através de técnicas específicas, as dores e sabores podem ser “tratados” de maneira coerente

e com tamanha sutileza, levando o espectador e praticante da técnica a se colocar no lugar do outro, assumindo, assim, uma intervenção responsável e que mostra através de “relatos fictícios-reais” como amparar um envolvido em processo de dor e sofrimento.

As técnicas utilizadas pelo grupo de extensão do UNIFAVIP são baseadas nas apresentações do Teatro Fórum, modalidade mais difundida por Boal, onde a história contada é baseada em uma história real, vivida por alguém real e o espectador tem a oportunidade de interagir com a peça apresentada e pode, assim, dar o caminho final, que considere correto para ele. Ele pode atuar na peça mostrando o melhor o desfecho para aquela situação, podendo ser em qualquer cena da peça, ele entra no lugar do ator e faz da sua forma aquela interpretação, com suas percepções e reais sobre a temática que esteja sendo abordada naquele momento.

Fotografia 1: registro feito pelo Prof. Marcos Pablo em momentos de encontro do grupo de extensão.



O Professor Marcos Pablo organiza as encenações em 08 encontros:

- Nos 04 primeiros encontros acontecem verificações do público e ambiente que ocorrerão as encenações e, através de algumas técnicas com a desmecanização corporal e da

sensibilidade, os envolvidos se descobrem, encontrem a naturalidade do corpo, da voz, da capacidade de improviso, de deslocamento de espaço, entre outras condições e características importantes para que as apresentações fluam com maior naturalidade através deste autoconhecimento;

- Nos 04 últimos encontros, o grupo geralmente faz a escolha das histórias que serão encenadas e que terão maior ênfase e abordagem dentro do cenário de cuidados e humanização das dores e sentimento vividos.

- O último encontro terá a culminância da apresentação do Teatro do Oprimido, com a participação dos atores envolvidos e espectadores que podem fazer intervenções sempre que achem necessário, de acordo com alguma cena apresentada e que possa ser modificada ou até mesmo “melhorada” do ponto de vista de quem participa em observação.

- O grupo participante é estimulado através de situações de opressão, havendo dentro da encenação papéis de opressor e oprimido, sendo levado em consideração temáticas que são sugeridas pelos espectadores e que possam contribuir para a busca por respostas a situações de crise e de como podem ser conduzidas para melhor resolução.

Todo o trabalho, de acordo com o Prof. Pablo, é pautado nas experiências vivenciadas, os alunos do curso de extensão aprendem que não é apenas através de conteúdo teórico que se constrói o caminho para dialogar com pessoas que são expostas a situações de vulnerabilidade, que não se encontram nos livros as respostas para estas situações, e sim nas experiências das quais eles participam ativamente. Por esta

razão o grupo não apresenta uma peça pronta para os participantes, para que a construção possa ser um instrumento real de intervenção psicoeducativo.

Esta acaba sendo a grande diferença na atuação do curso, pois os alunos de Psicologia aprendem que a linguagem da arte possui muitas vantagens em relação a linguagem racional, aplicada nas práticas educativas, pois, algumas pessoas se sentem inferiorizadas em relação a outras, pelo fato natural de que algumas tenham mais domínio que outras para falar em grupos ou em público. Através da lógica da linguagem do corpo todos conseguem se expressar à sua maneira, não existe censura e cada um age da melhor forma para trabalhar as inquietudes e colocações que lhes são apresentadas.

E sob uma ótica lúdica, que o teatro proporciona, é possível trabalhar temáticas profundas, de grande intensidade de sentimentos, sejam eles tensos ou dolorosos, e que geram grande debate. Além de se trabalhar com a maior realidade possível, colocando-se uma lupa sobre as temáticas de forma comprometida, evidenciando que podem ser trabalhadas com a arte e buscando soluções solidárias e práticas humanizadas, que permitam um melhor desenvolvimento da vida social e pessoal.

Fotografia 2: Registro feito pelo Prof. Marcos Pablo em momentos de encontro do grupo de extensão.



O aluno José Carlos Alves Gomes, do curso de Psicologia, do 10º período, participante e atuante das encenações do Teatro do Oprimido nas atividades do curso de extensão do Centro Universitário, também, contribuiu com a análise da utilização da técnica do teatro e desenvolvimento dos alunos do curso.

O Carlos relata que a primeira apresentação que realizou foi no evento InterartPsi, em comemoração ao dia do psicólogo, que aconteceu em agosto de 2015, com a apresentação de um esquete que levantou as temáticas do empoderamento feminino e machismo. O professor Pablo o convidou para que ele e mais alguns alunos formassem um grupo de intervenções artísticas, que pudessem apresentar temáticas através dos jogos e técnicas do teatro do oprimido.

Este grupo de alunos, do qual ele faz parte, faz a utilização das técnicas e dos fundamentos teóricos que Augusto Boal esquematiza em seus escritos, estas são utilizadas para explicitar e tratar os casos de vulnerabilidade e privação de direitos.

Carlos fala sobre os efeitos positivos nesta dinâmica das técnicas de jogos e exercícios, promovendo a desmecanização do corpo e de técnicas grupais entre os alunos do curso,

favorecendo os espaços de fala físicos e objetivos. Assim as peças de teatro fórum, amplamente usadas para retratar as histórias reais de opressão, torna-se ferramenta potente para discursão de um tema com pontos de vistas diferentes, em relação aos mesmos, pois a plateia também chamada de espect-atores, entra em cena trazendo outras perspectivas em relação aos temas abordados.

Fotografia 3: Registro feito pelo Prof. Marcos Pablo em momentos de encontro do grupo de extensão.



Uma cena que elucida bem a intervenção em relação a violência contra a mulher, foi em um evento no Marco Zero de Caruaru, chamado de Coletivo Comeia, que trouxe ao público uma encenação sobre uma mulher de meia idade, dona de casa, que sofria agressões do esposo. Após a apresentação, quando aberto o espaço para o público interagir, uma senhora que havia sido confrontada para participação, ainda em receio com o que havia visto não quis interagir falando que não poderia fazer nada contra aquele homem, pois ele poderia agir com tamanha violência e que ali ela não teria força para confrontá-lo.

Fotografia 4: Registro feito pelo Prof. Marcos Pablo em momentos de encontro do grupo de extensão.



Os relatos de José Carlos são importantes para tornar mensurável a compreensão e envolvimento dos alunos, através de temas tão significantes e marcantes, fazendo com que eles reflitam sobre as dificuldades e problemáticas que irão deparar-se ao longo de sua vida profissional, após suas formações.

Outra pessoa que contribuiu de maneira importantíssima, expondo características singulares e de suma importância traçada por este projeto, foi a Professora Mestre, Julliany Valério, Prof.^a de Tempo Integral e responsável pela Coordenação dos Projetos de Extensão do curso de Psicologia do UNIFAVIP I Wyden.

A Prof^a Julliany relata que o projeto desde o seu início, atua de forma articulada com os alunos extensionistas, e serviços prestados à comunidade. Ela nota que os alunos são impulsionados a participar de reuniões com Gestores e Técnicos do CRA'S (Centro de Referência e Assistência Social) e CREA'S (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), de Caruaru. E, os processos de territorialização entre as instituições parceiras e o grupo de extensão acontece numa relação processual e cuidadosa, de tal maneira que favoreça à inserção do

aluno na comunidade e o cuidado com o público a ser acompanhado.

Fotografia 5: Registro feito pelo Prof. Marcos Pablo em momentos de encontro do grupo de extensão.



A partir da prática do grupo de extensão, com o projeto Teatro do Oprimido, a Prof.^a percebe que as mulheres inseridas em contextos de violência doméstica e/ou familiar, podem vivenciar às oficinas e participar de todas as etapas previstas para a produção de cenas de teatro-fórum, que são executadas a partir da relação de sentidos e significados que cada mulher participante exprime durante a experiência que está sendo representada.

Julliany afirma que a partir dos relatos dos alunos participantes, por meio das oficinas, as mulheres refletem sobre o seu lugar na relação e sobre sua condição de vida atual. Através das vivências as mulheres passam a identificar elementos psicossociais que estão disponíveis e que poderão favorecer a sua autoestima, autonomia e gestão da própria vida. A professora conclui que os alunos participantes apresentam uma postura ética e humanizada, principalmente, na relação empática que eles estabelecem com as mulheres durante a realização do Teatro Fórum.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o grupo de extensão do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAVIP I Wyden, a utilização das técnicas de jogos e propostas educacionais oriundas do “movimento do oprimido” contribui, molda, ressignifica e valoriza a atuação destes estudantes como agentes de transformação e realidade dos pacientes que estão em acompanhamento. Dando sentido ao “tratamento da vida e do ser”, promovendo um olhar mais humanista às causas e reafirmando a importância das técnicas utilizadas pelo Teatro do Oprimido, para solidificação do ensino-aprendizagem que ao longo destes anos, com a constante utilização e aplicação do movimento, só aprimora e o promove como um desenvolvedor de uma visão humanística, onde aponta a importância e cuidado ao ser humano envolvido nos processos.

As técnicas do Teatro do Oprimido, também, promovem um novo sentido a todos aqueles que necessitam de apoio moral ou físico para vencer as dificuldades encontradas para superar obstáculos como a violência que diversas mulheres sofrem em seus ambientes familiares. Mostrando o poder que o olhar diferenciado e uma “voz ativa” poderá transformar realidades. Além de reforçar a importância, entre os alunos do curso, que ministram as problemáticas do curso de extensão, como estes jogos e encenações são fundamentais e modificam vidas, pensamentos e comportamentos.

REFERÊNCIAS

1. BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

2. BOAL, A. **Técnicas Latino-Americanas de teatro popular: uma revolução copernicana ao contrário**. São Paulo: Hucite, 1979.
3. BOAL, A. **Teatro legislativo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
4. OLIVEIRA, E. C S.; ARAÚJO, M. F. Violência contra a mulher, psicanálise e teatro do oprimido. In: **Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**; 9; 2010; Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/recursos/anais/1277149236_ARQUIVO_Violenciacontraamulher.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.
5. SAFFIOTI, H. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
6. SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987

